América do Sul

América do Sul

Primeira Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixadora Maria Stela Pompeu Brasil Frota

SGAS - SUBSECRETÁRIA GERAL DA AMÉRICA DO SUL

DAS - DEPARTAMENTO DA AMÉRICA DO SUL

América do Sul

Primeira Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações

BRASÍLIA 2005

Livro Final Revisado 1000.pmd 5 22/9/2005, 01:24

Direitos de publicação reservados à

Fundação Alexandre de Gusmão (Funag)
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411 6033/6034/6847/6028
Fax: (61) 3322 2931, 3322 2188
Site: www.funag.gov.br
E-mail: pub1icacoes@funag.gov.br

Equipe Técnica:

Programação Visual e Diagramação:
Paulo Pedersolli

Impresso no Brasil 2005

Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações (1. : 2005 : Brasília)
1ª Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações. – Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.
238 p.

1. Comunidade Sul-Americana de Nações. 2. América do Sul – Integração regional.
I. Fundação Alexandre de Gusmão. II. Título.

CDU: 341.17(8)

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Decreto n° 1.825 de 20.12.1907

Sumário

Declaração de Cusco sobre a Comunidade Sul-Americana de Nações ... 11

Declaração de Ayacucho 2004 ... 21

Infraestrutura e integração na América do Sul - *Darc Costa* ... 31

A Integração Energética do Brasil na América do Sul - *Luiz Pinguelli Rosa* ... 43

Mecanismos de financiamento na América do Sul - *Reginaldo Braga Arcuri* ... 61

América do Sul:
da divisão prematura à integração que amadurece - *Eugênio Bucci* ... 77

Comércio intra-regional Comércio com o resto do mundo ... 89

Informações gerais de cada país ... 95

Acordos, Projetos e Programas de Integração entre os Países da América do Sul ... 145
1. Argentina-Bolívia ... 147
2. Argentina-Brasil ... 151

3. Argentina-Chile 158
4. Argentina-Colômbia 163
5. Argentina-Equador 164
6. Argentina-Guiana 165
7. Argentina-Paraguai 165
8. Argentina-Peru 166
9. Argentina-Uruguai 168
10. Argentina-Venezuela 169
11. Bolívia-Brasil 173
12. Bolívia-Chile 177
13. Bolívia-Colômbia 178
14. Bolília-Equador 179
15. Bolívia-Paraguai 179
16. Bolívia-Peru 181
17. Bolívia-Uruguai 183
18. Bolívia-Venezuela 184
19. Brasil-Chile 185
20. Brasil-Colômbia 186
21. Brasil-Equador 189
22. Brasil-Guiana 191
23. Brasil-Paraguai 193
24. Brasil-Peru 195
25. Brasil-Suriname 200
26. Brasil-Uruguai 201
27. Brasil-Venezuela 206
28. Chile-Colômbia 210

29. Chile-Equador 211
30. Chile-Paraguai 213
31. Chile-Peru 214
32. Chile-Uruguai 216
33. Chile-Venezuela 217
34. Colômbia-Paraguai 218
35. Colômbia-Peru 219
36. Colômbia-Uruguai 221
37. Colômbia-Venezuela 222
38. Equador-Paraguai 223
39. Equador-Peru 224
40. Equador-Uruguai 226
41. Guiana-Suriname 227
42. Guiana-Venezuela 228
43. Paraguai-Peru 228
44. Paraguai-Uruguai 229
45. Paraguai-Venezuela 231
46. Peru-Uruguai 231
47. Suriname-Venezuela 232
48. Uruguai-Venezuela 234

Declaração de Cusco sobre a Comunidade Sul-Americana de Nações

Declaração de Cusco sobre a Comunidade Sul-Americana de Nações

Os Presidentes dos países da América do Sul, reunidos na cidade de Cusco, por ocasião da celebração das façanhas libertadoras de Junín e Ayacucho e da convocação do Congresso Anfictiônico do Panamá, seguindo o exemplo do Libertador Simón Bolívar, do Grande Marechal de Ayacucho, Antonio José de Sucre, do Libertador José de San Martín, de nossos povos e heróis independentistas que construíram, sem fronteiras, a grande Pátria Americana e interpretando as aspirações e anseios de seus povos a favor da integração, unidade e construção de um futuro comum, decidimos formar a Comunidade Sul-americana de Nações.

I. A Comunidade Sul-americana de Nações se forma, tomando em conta:

A história compartilhada e solidária de nossas nações, que desde as façanhas da independência têm enfrentado desafios internos e externos comuns, demonstra que nossos países possuem

Livro Final Revisado 1000.pmd 13 22/9/2005, 01:24

potencialidades ainda não aproveitadas tanto para utilizar melhor suas aptidões regionais quanto para fortalecer as capacidades de negociação e projeção internacionais;

O pensamento político e filosófico nascido de sua tradição, que, reconhecendo a primazia do ser humano, de sua dignidade e direitos, a pluralidade de povos e culturas, consolidou uma identidade sul-americana compartilhada e valores comuns, tais como: a democracia, a solidariedade, os direitos humanos, a liberdade, a justiça social, o respeito à integridade territorial e à diversidade, a não-discriminação e a afirmação de sua autonomia, a igualdade soberana dos Estados e a solução pacífica de controvérsias;

A convergência de seus interesses políticos, econômicos, sociais, culturais e de segurança, como um fator potencial de fortalecimento e desenvolvimento de suas capacidades internas para sua melhor inserção internacional;

A convicção de que o acesso a melhores níveis de vida de seus povos e à promoção do desenvolvimento econômico não pode reduzir-se somente a políticas de crescimento sustentável da economia, mas compreender também estratégias que, juntamente com uma consciência ambiental responsável e o reconhecimento das assimetrias no desenvolvimento de seus países, assegurem uma distribuição de receita mais justa e eqüitativa, o acesso à educação, a coesão e a inclusão social, bem

Livro Final Revisado 1000.pmd 14 22/9/2005, 01:24

como a preservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, o desenvolvimento das regiões interiores do espaço sul-americano contribuirá para aprofundar o projeto comunitário, bem como para melhorar a qualidade de vida destas zonas que se encontram entre as de menor desenvolvimento relativo.

Seu compromisso essencial com a luta contra a pobreza, a eliminação da fome, a geração de emprego decente e o acesso de todos à saúde e à educação, como ferramentas fundamentais para o desenvolvimento de seus povos;

Sua identificação com os valores da paz e da segurança internacionais, a partir da afirmação da vigência do direito internacional e de um multilateralismo renovado e democrático, que integre decididamente e de modo eficaz o desenvolvimento econômico e social na agenda internacional;

A participação comum em sistemas democráticos de governo e a uma concepção da governabilidade, sustentada na participação do cidadão, que incremente a transparência na condução dos assuntos públicos e privados e exerça o poder com estrito apego ao estado de direito, conforme as disposições da Carta Democrática Interamericana, em um marco de luta contra a corrupção em todos os âmbitos;

Livro Final Revisado 1000.pmd 15 22/9/2005, 01:24

Sua determinação de desenvolver um espaço sul-americano integrado no âmbito político, social, econômico, ambiental e de infraestrutura, que fortaleça a identidade própria da América do Sul e que contribua, a partir de uma perspectiva subregional e em articulação com outras experiências de integração regional, para o fortalecimento da América Latina e do Caribe e lhes outorgue uma maior gravitação e representação nos foros internacionais.

Nossa convicção é no sentido de que a efetivação dos valores e interesses compartilhados que nos unem, além de comprometer nossos Governos, somente encontrará viabilidade na medida em que os povos assumam o papel protagonista que lhes corresponde nesse processo. A integração sul-americana é e deve ser uma integração dos povos.

II. O espaço sul-americano integrado se desenvolverá e se aperfeiçoará impulsionando os seguintes processos:

A concertação e a coordenação política e diplomática que afirme a região como um fator diferenciado e dinâmico em suas relações externas.

O aprofundamento da convergência entre o MERCOSUL, a Comunidade Andina e o Chile, através do aprimoramento da zona de livre comércio, apoiando-se, no que for pertinente, na Resolução 59 do XIII Conselho de Ministros da ALADI, de 18

Livro Final Revisado 1000.pmd 16 22/9/2005, 01:24

de outubro de 2004, e sua evolução a fases superiores da integração econômica, social e institucional. Os Governos do Suriname e Guiana se associarão a este processo, sem prejuízo de suas obrigações sob o Tratado revisado de Chaguaramas.

A integração física, energética e de comunicações na América do Sul como base do aprofundamento das experiências bilaterais, regionais e subregionais existentes, com a consideração de mecanismos financeiros inovadores e as propostas setoriais em curso, que permitam uma melhor efetivação dos investimentos em infraestrutura física para a região.

A harmonização de políticas que promovam o desenvolvimento rural e agroalimentar.

A transferência de tecnologia e de cooperação horizontal em todos os âmbitos da ciência, educação e cultura.

A crescente interação entre as empresas e a sociedade civil na dinâmica de integração desse espaço sul-americano, levando em consideração a responsabilidade social empresarial.

III. A Ação da Comunidade Sul-americana de Nações:

A Comunidade Sul-americana de Nações estabelecerá e implementará progressivamente seus níveis e âmbitos de ação

Livro Final Revisado 1000.pmd 17 22/9/2005, 01:24

conjunta, promovendo a convergência e tendo por base a institucionalidade existente, evitando a duplicação e superposição de esforços e sem que implique novos gastos financeiros.

Os Ministros das Relações Exteriores elaborarão uma proposta concreta de ação que considere, entre outros aspectos, as reuniões de Chefes de Estado como instância máxima de condução política e as de Chanceleres como âmbito de decisão executiva do processo. Os Ministros contarão com a cooperação do Presidente do Comitê de Representantes Permanentes do MERCOSUL, do Diretor da Secretaria do MERCOSUL, do Secretário-Geral da Comunidade Andina, do Secretário-Geral da ALADI e da Secretaria Permanente da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, assim como de outros esquemas de cooperação e integração subregional. As reuniões de Chefes de Estado e de Chanceleres substituirão as denominadas Cúpulas Sul-americanas.

O Governo do Peru exercerá a Presidência Pro Tempore até a realização da Primeira Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-americana de Nações, que se realizará no Brasil em 2005. A Segunda reunião se realizará na Bolívia.

Assinado na cidade de Cusco, no dia 8 de dezembro de 2004.

República do Peru

Livro Final Revisado 1000.pmd 18 22/9/2005, 01:24

Declaração de Cusco sobre
a Comunidade Sul-Americana de Nações

República Argentina

República Bolívia

República Federativa do Brasil

República do Chile

República da Colômbia

República do Equador

República Cooperativa da Guiana

República do Paraguai

República do Suriname

República Oriental do Uruguai

República Bolivariana da Venezuela

Livro Final Revisado 1000.pmd 19 22/9/2005, 01:24

DECLARAÇÃO DE AYACUCHO 2004

Declaração de Ayacucho 2004

Convidados pelo Presidente do Peru, os Chefes de Estado da República da Bolívia, da República Cooperativa da Guiana, da República do Panamá, da República do Suriname, da República Bolivariana da Venezuela, e altos representantes da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República da Colômbia, da República do Chile, da República do Equador, dos Estados Unidos Mexicanos, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai participaram dos atos comemorativos dos 180 anos das batalhas de Junín e de Ayacucho, que selaram a independência da América Hispânica e da histórica convocação, de Lima, do Congresso Anfitiônico do Panamá, nas quais se erigem como figuras emblemáticas o Libertador Simon Bolívar e o Grande Marechal de Ayacucho, Antonio José de Sucre.

Sobre a base da constatação de uma cultura e história compartilhadas, de uma continuidade geográfica, assim como de um futuro de integração, os Presidentes reiteram os ideais de

Livro Final Revisado 1000.pmd 23 22/9/2005, 01:24

liberdade, igualdade e solidariedade que sustentaram a luta pela independência de nossos povos.

Há trinta anos, desde a Declaração de Ayacucho de 1974, temos progredido na consolidação da vigência dos direitos humanos , dos valores democráticos e do estado de direito, e continuamos empregando nossos maiores esforços para atingir um desenvolvimento econômico e social sustentado que promova, entre outros aspectos, a justiça social, a liberdade, a igualdade, a tolerância e o respeito ao meio ambiente, tomando em consideração as necessidades urgentes dos mais pobres, assim como os requisitos especiais das economias menores e mais vulneráveis da América do Sul.

Hoje, no que foi um dos cenários mais importantes da independência da América Hispânica, saudamos a conformação da Comunidade Sul-Americana de Nações que materializa a vontade que os Chefes de Estado manifestaram nas declarações de Brasília, em 2000 e de Guaiaquil, em 2002.

Nesse sentido, destacam a importância do compromisso assumido para tornar efetiva a Zona de Paz Sul-Americana e se comprometem a promover uma cultura de paz que torne viáveis sociedades plurais e identificadas com propósitos comuns.

Reafirmam seu compromisso com a efetiva aplicação da Carta Democrática Interamericana, adotada em Lima em 11 de

Livro Final Revisado 1000.pmd 24 22/9/2005, 01:24

setembro de 2001, e reiteram sua vontade de envidar esforços para fortalecer os mecanismos de sua promoção e defesa.

Reiteram a necessidade de concluir os trabalhos, no marco da OEA, para a adoção da Carta Social das Américas, a qual favorecerá a plena vigência dos direitos sociais, econômicos e culturais em benefício de nossos povos.

Reafirmam seu pleno respaldo à Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e aos avanços registrados nessa iniciativa, em especial no que se refere à "Agenda de Implementação Consensuada 2005-2010" e à lista de projetos da IIRSA. Nesse sentido, acolhendo proposta formulada na Sexta Reunião do Comitê Executivo, rubricam o mapa que contém os projetos incluídos inicialmente na mencionada Agenda.

Reiteram o direito soberano dos Estados de identificar suas prioridades nacionais de segurança, de definir planos e ações a esse respeito, em conformidade com seu ordenamento jurídico e com a plena observância do direito internacional e das Cartas da Organização dos Estados Americanos e da Organização das Nações Unidas.

Por outro lado, reafirmam que as condições de segurança cidadã e a necessidade de enfrentar as novas ameaças são indissociáveis do direito ao desenvolvimento econômico e social

Livro Final Revisado 1000.pmd 25 22/9/2005, 01:24

dos povos. Por essa razão, decidem a realização de reunião sobre segurança cidadã e temas afins, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, Brasil, em julho de 2005.

Nesse sentido, com vistas a abordar outros aspectos importantes vinculados ao desenvolvimento econômico e social da região, convocam as seguintes conferências:

Conferência de Ministros responsáveis pelos programas sociais (segundo trimestre de 2005), com vistas a estabelecer um Plano de Ação Sul-Americano para o Trabalho Digno, e Conferência Internacional Especial, em nível ministerial, de países em desenvolvimento com fluxos internacionais substanciais de migrantes (primeiro semestre de 2005, Lima, Peru), com vistas a articular linhas de ação que permitam atender às múltiplas dimensões do fenômeno migratório, tomando em consideração os avanços, iniciativas e recomendações da V Conferência Sul-Americana sobre Migrações, realizada na cidade de La Paz, Bolívia, nos dias 25 e 26 de novembro de 2004.

Reconhecem o aporte significativo dos Parlamentos regionais na construção do processo de integração e expressam sua satisfação e beneplácito pela constituição da União Parlamentar Sul-Americana, conformada pelas reuniões conjuntas da Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL,

Livro Final Revisado 1000.pmd 26 22/9/2005, 01:24

do Parlamento Andino e de representantes do Congresso do Chile.

Os Presidentes e os Chefes de Estado presentes expressam seu mais vivo agradecimento ao Presidente do Peru por suscitar a discussão de temas cruciais para a região, em tão significativo encontro, assim como pela organização da III Cúpula Sul-Americana e pelas atenções recebidas.

Assinada em Ayacucho, no dia 9 de dezembro de 2004.

República do Peru

República Argentina

República da Bolívia

República Federativa do Brasil

República do Chile

República da Colômbia

República do Equador

Estados Unidos Mexicanos

Livro Final Revisado 1000.pmd 27 22/9/2005, 01:24

República Cooperativa da Guiana

República do Panamá

República do Paraguai

República do Suriname

República Oriental do Uruguai

República Bolivariana da Venezuela

Livro Final Revisado 1000.pmd 28 22/9/2005, 01:24

INFRAESTRUTURA E INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL

O texto a seguir é de responsabilidade do autor e, portanto, em nada compromete as posições do Governo brasileiro ou de qualquer outro Governo sul-americano.

INFRAESTRUTURA E INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL

Darc Costa[*]

Diferentemente da Europa ou da América do Norte, o continente sul-americano é um continente onde a doutrina econômica prevalecente tem de ser a doutrina do desenvolvimento. A América do Sul tem de se voltar para transformar seu potencial em poder. Os padrões de desenvolvimento econômico e social na América do Sul foram profundamente desiguais. No Brasil e nas demais nações da região, uma menor parte da população vive e trabalha em condições comparáveis aos dos países centrais. Entretanto, tanto no Brasil, como nas demais nações, a maior parte da população urbana pobre e das zonas rurais vive em condições de produtividade e de rendimento muito atrasadas.

Os dois principais problemas com que tem se defrontado, o continente sul-americano, na busca do desenvolvimento, são:

[*] Engenheiro.

Livro Final Revisado 1000.pmd 31 22/9/2005, 01:24

a) criar uma ligação econômica permanente entre os diversos setores da economia, que produza uma adequada alocação do excedente econômico entre os centros urbanos e a área rural; e

b) proporcionar emprego produtivo para o grande número de desempregados já existentes e atender, anualmente, a grande massa de jovens que ingressa no mercado de trabalho.

Em tais condições, a base para montar uma economia dinâmica é, em primeiro lugar, se construir uma ampla infra-estrutura econômica de grande escala.

Nesta visão, deve-se dar ênfase também a incentivar e a proteger o segmento industrial, com base em um contexto de ampliação generalizado de bens industriais empregados na construção de infra-estrutura. Especial atenção, portanto, deverá ser concedida ao parque já instalado, produtor de bens de capitais, em especial, aqueles formadores de novas plantas industriais e abastecedores da construção de infra-estrutura.

O mercado regional, em sua totalidade, já possui uma massa crítica que justifica e garante a expansão crescente do parque implantado de bens de capital, desde que se invistam, no desenvolvimento econômico, parcelas crescentes do somatório

Livro Final Revisado 1000.pmd 32 22/9/2005, 01:24

das poupanças nacionais. A elevação da taxa de formação bruta de capital é uma necessidade premente para a região.

Conjuntamente com a necessidade do desenvolvimento do setor de infra-estrutura se requer um desenvolvimento adequado da força de trabalho, como um todo, tanto no Brasil, como nos demais países da América do Sul. As principais deficiências a corrigir estão centradas na área social, ou seja na educação, na nutrição, na assistência médica, na saúde e na higiene.

Por décadas, tem-se falado da integração da América do Sul, mas, praticamente, nada foi feito para construir a infra-estrutura básica sem a qual não poderá haver integração. Desde os tempos dos gregos, e, mesmo antes, o transporte, a infra-estrutura urbana, as grandes obras hidráulicas, a energia, têm sido fatores decisivos para o desenvolvimento econômico. E, hoje, o são mais do que nunca.

No ambiente econômico prevalecente, o da contabilidade dos custos, algo decorrente das teses dos economistas liberais, é muito comum encobrir-se de mistério o verdadeiro papel da infra-estrutura. Do ponto de vista da contabilização dos custos, o investimento em infra-estrutura não se paga sozinho, nem poderá pagar-se com as quotas dos usuários. Os investimentos em infra-estrutura não criam produtos; criam a própria produtividade.

Livro Final Revisado 1000.pmd 33 22/9/2005, 01:24

De forma não-linear e geralmente incomensurável - mas, isto sim, muito real - a infra-estrutura adiciona eficiência e produtividade aos setores da economia que produzem bens. O transporte cria mercados para os produtores aonde antes não existiam; permite a produção em grande escala, com maior eficiência, para atender a estes mercados ampliados, reduz os custos, aumentando assim a margem de lucro e de reinvestimentos, criando inúmeras oportunidades para que floresçam empresas que, sem ela, não existiriam. Da mesma forma, a energia elétrica, em que pese não manifestar-se, tangivelmente, no produto acabado, aumenta a produtividade industrial de várias maneiras, provendo energia mais concentrada e multifacetada, que possibilita uma grande variedade de novos processos industriais.

Nos próximos 30 anos, a América do Sul necessitará investir vários bilhões de dólares na construção de ferrovias e rodovias, de centrais hidrelétricas, de obras hidráulicas e de infra-estrutura urbana, se quiser escapar do círculo vicioso do subdesenvolvimento de que, ainda, é vítima. O melhor exemplo do tipo de grandes obras que devem inspirar aos povos de toda a América do Sul é a rede de canais e ferrovias transcontinentais que se construíram nos Estados Unidos, no século XIX. Obras como estas cumprem a função de criar as bases econômicas e físicas do crescimento sustentado mediante a integração. A experiência que o Brasil possui, mesmo que limitada, neste campo,

Livro Final Revisado 1000.pmd 34 22/9/2005, 01:24

como, por exemplo, a construção da hidrelétrica de Itaipu, a maior do mundo, deve generalizar-se.

Estes "grandes projetos" deverão concentrar-se em três setores da infra-estrutura econômica:

1. No transporte, incluindo transporte fluvial e marítimo, portos, redes ferroviárias, redes rodoviárias, transporte aéreo, e a interconexão eficiente dessas redes com armazéns e instalações de carga e descarga em geral.

2. Em obras hidráulicas, incluindo canais de irrigação, as centrais hidrelétricas, os canais navegáveis e a distribuição de água para o consumo industrial e urbano.

3. Em sistemas de geração e distribuição de energia elétrica.

Colocar em marcha grandes projetos de desenvolvimento também é de suma importância política para as nações da Comunidade Sul-americana de Nações. Entre hoje e o ano 2030, estes grandes projetos empregarão, literalmente, milhões de pessoas que, hoje, estão desempregadas ou subempregadas, e neste processo se especializarão para os empregos vindouros, altamente qualificados, que dominarão o mercado de trabalho sul-americano, no século XXI.

Livro Final Revisado 1000.pmd 35 22/9/2005, 01:24

Para alcançar estes formidáveis objetivos na construção da integração sul-americana, teremos que inspirar e dar motivação política a milhões de novos jovens trabalhadores da construção, organizando-os em grupos que abrirão novos horizontes no desenvolvimento de todo o subcontinente.

É preciso observar que a rede de transportes da América Latina ainda não superou suas origens coloniais de mera corrente transmissora de matérias primas - riqueza mineral e agrícola - do interior, até os centros metropolitanos da Europa e dos Estados Unidos. Nem as rodovias, nem o transporte fluvial, muito menos as ferrovias, unem as nações da América do Sul entre si. Somente na Argentina e Brasil existem redes ferroviárias internas de alguma importância. A maioria dos ramais existentes somente vai das minas aos portos costeiros de exportação, geralmente, com um traçado que não se pode acoplar com os demais.

O único esforço manifestado para unir o continente através de rodovias, a Rodovia Pan-Americana, nunca terminou, e em sua maior parte está em mau estado de conservação. Somente utiliza-se uma pequena fração das possibilidades do transporte fluvial, em grande parte pela carência de obras de desvio, para ultrapassar as quedas de água e unir as bacias dos rios adjacentes. O vasto território interior da América do Sul está, virtualmente, despovoado, e quase toda a população vive a poucos quilômetros

Livro Final Revisado 1000.pmd 36 22/9/2005, 01:24

da costa. Até o comércio marítimo, o meio de transporte com facilidades imediatas entre os países da região, está subdesenvolvido; existe, somente, para transportar produtos primários e abastecer-se de bens manufaturados, que não são produzidos internamente.

Por razões, tanto de desenvolvimento, como de sua própria independência e soberania, a América do Sul deve:

a) construir amplas redes ferroviárias retificadas, de via dupla, que logo se irão eletrificando;

b) construir uma moderna rede de super-rodovias;

c)tornar navegáveis e integradas as redes fluviais mais importantes;

d)melhorar o transporte aéreo;

e)construir um segundo canal inter-oceânico;

f) construir grandes portos para navios de grande calado; e
g)ter um amplo programa de reaparelhamento de sua marinha mercante.

Todas estas obras deverão integrar-se em torno de eixos

Livro Final Revisado 1000.pmd 37 22/9/2005, 01:24

de transportes que concentrarão e tornarão eficiente o movimento de bens e passageiros.

Para alcançar estas metas de desenvolvimento a América do Sul deve aumentar, enormemente, sua capacidade de movimentação de cargas. As estatísticas da região, sobre cargas transportadas através de rodovias, ferrovias e rede fluvial, são pouco confiáveis, mas agrupando dados de várias fontes podemos estimar que, em 2005, o movimento total já ultrapassava a barreira do 1,5 trilhão de toneladas-quilômetro. Aplicando critérios derivados do estudo das experiências de países desenvolvidos de diversas densidades industriais e demográficas, calculamos que para o ano 2020 será necessário triplicar, mais ou menos, a capacidade de transporte não marítimo, medida em tonelada-quilômetro. Isso determina uma taxa média de 6,8% de crescimento anual da capacidade total de movimentação de carga neste período, frente à média projetada de 9% no crescimento anual do produto interno bruto (PIB) total, média idêntica a da China dos últimos dez anos. O mais provável é que nos primeiros anos as necessidades de transporte crescerão mais rapidamente que a média de 6,8%, já que os setores que receberão mais ênfase serão a indústria pesada, a agricultura, e os materiais de construção, em regiões em que se transporta grandes volumes de mercadorias a grandes distâncias. Logo após, haverá a diminuição na taxa de crescimento, à medida que os bens manufaturados tendam mais para bens de capital e de alta

Livro Final Revisado 1000.pmd 38 22/9/2005, 01:24

tecnologia, com maior concentração no valor econômico e menores requisitos de transporte.

Ainda que o transporte rodoviário continue crescendo, a porcentagem total transportada por este meio diminuirá dos atuais 70% para cerca de 50% no ano 2020, enquanto as ferrovias aumentarão dos atuais 22% para 30%, e a navegação interior de 8% para 20% no mesmo período. As razões destas mudanças são as seguintes: por um lado, a América do Sul gerará grandes volumes de mercadorias - minerais, bens manufaturados semi-acabados e produtos agrícolas - que percorrerão grandes distâncias, nas quais o transporte fluvial é o mais barato, ficando as ferrovias em segundo lugar. É interessante situar o leitor, para que ele conheça a razão de nossa colocação, quais são os custos de transporte das diferentes modalidades. Isto consta no disposto no quadro abaixo:

COMPARAÇÃO DOS CUSTOS DE DIFERENTES TIPOS DE TRANSPORTES	
Modo	**Centavos / ton-milha**
Aviação	22,0
Rodoviário	6,8 - 8,0
Ferroviário	0,5 - 1,5
Dutos	0,2 - 0,5
Balsa e rebocador	0,2 - 0,3
Cargueiro	0,1 - 0,4
Navio graneleiro	0,03 - 0,06

Fontes: David Bess, Marine Transportation.

Livro Final Revisado 1000.pmd 39 22/9/2005, 01:24

A melhor forma de organizar a rede de cargas é vincular os portos, as cidades e os focos geradores de carga no interior (complexos de mineração, regiões agrícolas, grandes complexos industriais) de tal forma que se reduzam ao mínimo as operações de carga e descarga. A idéia de um ou dois super-portos converte os portos em eficientes terminais de confluência de tráfego ferroviário, fluvial (ou de canais) e marítimo. As ferrovias de carga não devem passar pelos centros urbanos, mas sim ligadas a centros nodais conectados fora do perímetro urbano; grandes pátios de carga e descarga de containers, onde as mercadorias são transladadas por caminhões até seu destino final na cidade. As vias férreas irão diretamente às instalações da indústria pesada de bens de capital, as quais geralmente serão construídas afastadas das novas cidades.

O projeto atual concebido no âmbito da IIRSA de modernização da infra-estrutura logística de integração sul-americana deve ser aperfeiçoado para ir além dos eixos sinérgicos e de desenvolvimento, observando que as características geográficas da região delimitam não só espaços contíguos de tráfego como o exposto no mapa mas também explicitam conexões estratégicas.

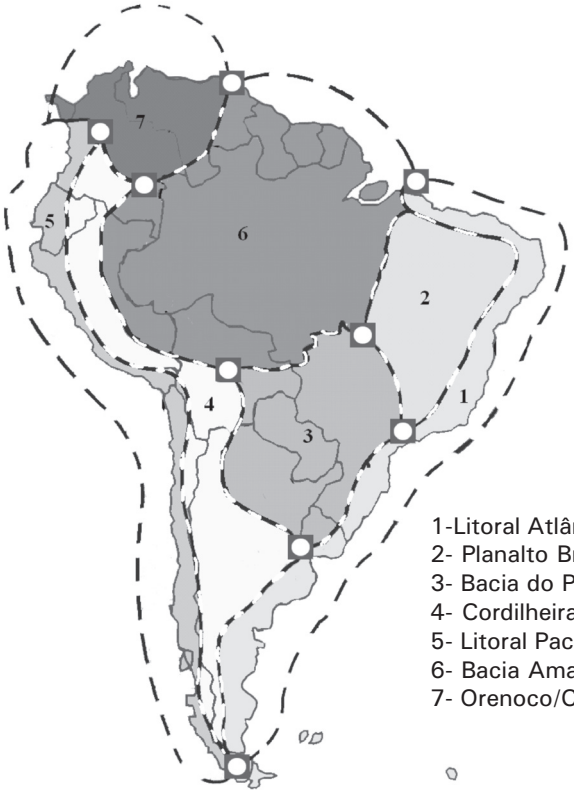
Na prática, o transporte deve ser concebido como uma grande "correia transportadora" de cuja eficiência depende o resto da economia. O transporte ineficiente é caro, e inflacionário,

Livro Final Revisado 1000.pmd 40 22/9/2005, 01:24

além de resultar no desperdício de recursos, atrasar o embarque de bens, desorganizar os itinerários da produção e gerar gargalos.

A logística de integração é o motor capaz de construir na América do Sul um mercado interno pujante e uma sociedade mais justa.

Espaços de Tráfego e Conexões Estratégicas



Livro Final Revisado 1000.pmd 41 22/9/2005, 01:24

A Integração Energética do Brasil na América do Sul

O texto a seguir é de responsabilidade do autor e, portanto, em nada compromete as posições do Governo brasileiro ou de qualquer outro Governo sul-americano.

A Integração Energética do Brasil na América do Sul

Luiz Pinguelli Rosa[*]

O Brasil tem procurado nos últimos anos reafirmar uma posição atuante para a integração dos países latino-americanos e, em particular, sul-americanos sob diferentes aspectos.

Portanto é natural que se busque ampliar a integração energética do país na América do Sul. Podem-se listar hoje algumas ações concretas:

- A Hidrelétrica Binacional de Itaipu, em parceria com o Paraguai;

- O gasoduto Bolívia-Brasil, concretizado graças à Petrobrás;

- O fluxo significativo de importação de petróleo da Venezuela;

[*] Físico e engenheiro nuclear. Professor da UFRJ.

Livro Final Revisado 1000.pmd 45 22/9/2005, 01:24

- A ligação com a Argentina para transmissão de energia elétrica e, em menor escala, com o Uruguai e, na Região Norte, com a Venezuela (usina de Guri).

Embora com conotação não restrita ao campo energético, também serve ao objetivo da integração na área nuclear o Acordo com a Argentina, do qual resultou a criação da ABACC, como uma agência voltada a inspeções mútuas de instalações nucleares dos dois países, para garantir que não haja desvio de materiais potencialmente aplicáveis na produção de armas nucleares.

Um problema atual que recoloca a necessidade de uma visão estratégica na área de energia é o sério problema do petróleo no mundo a médio e longo prazo. A política do petróleo deve ser integrada em uma política de combustíveis, por sua vez enquadrada dentro de uma política energética, envolvendo também a energia elétrica. Aí se coloca o preço futuro do gás natural, puxado pelo do petróleo.

Examinando o potencial de integração regional do Brasil na área de energia, podem ser assinalados:

- A ampliação das relações com a Venezuela, com a Bolívia e com os países do Mercosul;

- O gás natural do Peru (de Camisea em particular);

Livro Final Revisado 1000.pmd 46 22/9/2005, 01:24

- A cooperação com a Argentina na área de energia elétrica e nuclear;

- O carvão mineral da Colômbia;

- A biomassa do Brasil, em particular o álcool automotivo.

Os Quadros 1 a 4 sintetizam a situação energética de alguns países sul-americanos selecionados pelo critério da potencialidade de integração com o Brasil: Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Venezuela.

No que tange ao petróleo (Quadro 1) predomina na América do Sul a Venezuela, um importante exportador, seguida do Brasil, do Equador e da Argentina. Entretanto o Brasil ainda consome mais do que produz, embora se aproxime da auto-suficiência. Os maiores consumidores de derivados de petróleo são Brasil, Argentina, Venezuela e Colômbia. São exportadores de petróleo a Venezuela, o Equador, a Argentina, a Colômbia e o Peru, embora este último tenha uma reserva relativamente pequena. O Brasil importa quantidade significativa de óleo da Venezuela.

Livro Final Revisado 1000.pmd 47 22/9/2005, 01:24

QUADRO 1 - PETRÓLEO

	Argentina	Bolívia	Colômbia	Equador	Peru	Venezuela	Brasil
Reservas	2,6	0,44	1,54	4,6	0,25	77,8**	10,6
Produção	692	39	530	534	94	2600	1839
Consumo	397	53	261	144	161	350	2189
Exportação*	295	(- 14)	138	390	66	2250	(- 200)
Relação R/P	10	31	8	24	7	82	16

* Exportação líquida, subtraída a importação
** Exclui o petróleo extremamente pesado venezuelano
Reservas em bilhões de barris;
Produção, Consumo e Exportação em milhares de barris / dia;
R/P em anos
Fonte:
Energy Information Adminstration e OLADE. Dados de 2004, em alguns casos de 2003 ou 2002

Há questões estratégicas na política do petróleo, longe de ser uma *commodity* normal como defendem os economistas da corrente neoliberal. Este fato é evidenciado pelo impacto da alta do preço internacional do barril de petróleo na economia mundial e sua repercussão no Brasil. Em uma avaliação simples, deve-se observar que, hoje, a participação do petróleo na economia é menor do que nos tempos dos choques do petróleo da década de 70. Em nível mundial esta participação nos custos dos produtos em geral é a metade do que era naquele tempo. Também o preço de US$ 60 / barril, atingido recentemente e mesmo ultrapassado neste momento, é pouco menos da metade do valor que atingiu no segundo choque do petróleo em 1979, em dólares corrigidos pela inflação norte-americana.

Livro Final Revisado 1000.pmd 48 22/9/2005, 01:24

Embora seja irreal esperar por enquanto um impacto tão forte como na década de 70, a alta do barril do petróleo é causada por fatores robustos. Entre eles estão, de um lado, o crescente e elevado consumo da China, os problemas do Iraque, a instabilidade do Oriente Médio e as relações estremecidas dos EUA com o mundo árabe. De outro, estão o tamanho e o potencial limitado de crescimento das reservas. As projeções das reservas de petróleo não apresentam um encurtamento tão drástico do tempo de vida delas, como alguns autores previram. Mas tampouco este tempo é longo.

Apesar das incertezas, a tendência futura é de preço alto do petróleo, ainda que não permaneça na faixa atualmente atingida. Isto sugere a necessidade de um critério para uso das reservas brasileiras, além da auto-suficiência que hoje se configura, pois elas não são muito grandes, embora possam ainda aumentar. Assim, é questionável a cogitação de exportar mais petróleo, além daquele que a Petrobrás exporta, importando óleo leve para o *blend* no refino. Esta questão leva a uma crítica do processo de licitação de blocos pela ANP, merecendo a maior atenção em uma política estratégica para o petróleo brasileiro, a ser ainda definida.

A política de combustível no Brasil deve dar ênfase ao álcool motor, valorizado no atual Governo e cujo crescimento tende a se acentuar, seja pelo uso de motores flexíveis, que permitem a mistura de álcool e gasolina, seja pela alta do preço internacional do petróleo.

Livro Final Revisado 1000.pmd 49 22/9/2005, 01:24

Considerando o petróleo convencional, inclusive a recuperação terciária do restante do petróleo deixado nos poços já explorados, as reservas entrarão em forte declínio a partir de 20 anos, o que não significa seu esgotamento neste prazo, mas sim escassez progressiva e preço crescente. Incluindo o petróleo não convencional, como os óleos pesados venezuelanos, podem-se acrescentar 10 a 20 anos a mais neste prazo.

Um problema fundamental para o Brasil é a necessidade de importar petróleo leve para fazer o *blend* com o petróleo nacional, em geral mais pesado. Não só a segurança do abastecimento em caso de crise mundial fica em jogo, mas também o preço do petróleo pesado exportado é inferior ao do leve importado, dando um balanço negativo para o Brasil. Torna-se, portanto, estratégica a construção de refinaria para processar óleo pesado no Brasil, como se está planejando fazer no Nordeste em parceria com a Venezuela.

Uma iniciativa interessante é a cooperação comercial e tecnológica da Petrobrás com a empresa estatal venezuelana de petróleo PDVSA. Houve a cogitação de criar a chamada Petroamérica, articulando as duas empresas.

Ainda no terreno dos hidrocarbonetos, a presença da Petrobrás na Argentina tornou-se importante com a compra dos ativos da **Peres Compac** há alguns anos. Inversamente cresceu a

Livro Final Revisado 1000.pmd 50 22/9/2005, 01:24

atuação no Brasil da Repsol espanhola, que adquiriu a antiga estatal argentina YPF.

As reservas mundiais de gás natural vão um pouco além do petróleo convencional, mas não muito. O gás natural teria reservas para até mais 20 anos além do petróleo convencional, segundo alguns autores.

Na América do Sul, as maiores reservas de gás natural (Quadro 2) estão na Venezuela, por larga margem, seguida de Bolívia e Argentina. O Brasil fica próximo do Peru quanto a essas reservas, mas o consumo peruano é pequeno, permitindo se cogitar de que ele venha exportar gás natural, em particular da região de **Camisea**. São exportadores a Argentina e a Bolívia. A importação de gás da Bolívia foi viabilizada pela Petrobrás que fez parceria com multinacionais para produzir o gás e construir o gasoduto. Este era subutilizado ao tempo da crise de energia elétrica no Brasil, no ano de 2001, mas já é plenamente usado. Há também contrato para importação de gás argentino, em particular para termelétricas no Sul do Brasil.

Livro Final Revisado 1000.pmd 51 22/9/2005, 01:24

QUADRO 2 - GÁS NATURAL						
	Argentina	Bolívia	Colômbia	Peru	Venezuela	Brasil
Reservas	21,6	27,6	4,0	8,7	148	8,8
Produção	1280	205	215	15,5	1100	310
Consumo	1070	36	215	15,5	1100	500
Exportação*	210	169	-	-	-	(- 200)

* Exportação líquida, subtraída a importação; quando esta prevalece é usado um sinal negativo entre parênteses.
Reservas em trilhões de pés cúbicos;
Produção, Consumo e Exportação em bilhões de pés cúbicos / ano
Fonte:
Energy Information Adminstration e OLADE. Dados de 2004, em alguns casos de 2003 ou 2002

O gás natural tem sido objeto de debate, destacando-se a necessidade de definir melhor sua participação na geração elétrica. Em primeiro lugar a regulamentação do Novo Modelo ficou devendo a especificação do contrato de térmicas em regime de disponibilidade, que foi agora anunciada e é uma variante do contrato de capacidade instalada. A maneira pela qual as termelétricas foram introduzidas à época do racionamento não foi planejada. Elas devem fazer a complementação térmica das hidrelétricas, o que implica em ficarem desligadas ou operarem a baixa potência exceto quando forem necessárias conforme o planejamento da operação no sistema interligado e a situação da água nos reservatórios. Há alguns aspectos a serem considerados.

Com a complementação térmica será possível reduzir as dimensões dos reservatórios de acumulação plurianual de água

Livro Final Revisado 1000.pmd 52 22/9/2005, 01:24

nas futuras hidrelétricas, reduzindo assim seus impactos ambientais. Em contrapartida a metodologia adotada no planejamento e na operação do sistema, que é muito complexa exigindo um esforço teórico matemático, deve ser reformulada, no que concerne o custo do déficit. Aumentando-o para se tornar mais realista se economizaria mais a água dos reservatórios e, conseqüentemente, se despacharia mais as usinas térmicas. Fica ainda o problema dos contratos *take or pay* do gás, que causam certa inflexibilidade no uso das termelétricas.

Dadas as dificuldades com o licenciamento de obras de hidrelétricas no leilão previsto para o fim de 2005, pode-se, por outro lado, passar para a geração termelétrica a gás, cujo prazo de construção é menor: 3 anos, oficialmente. Mas sabe-se que dependendo do horizonte considerado não haverá disponibilidade de gás suficiente. Há hoje um plano de contingência para converter algumas usinas a gás em usinas bi -combustíveis para permitirem o uso do diesel, que é muito caro.

Um último ponto sobre termelétricas é a geração distribuída em empresas consumidoras. Isto exige uma política específica de estímulo em articulação com distribuidoras elétricas, para superar as barreiras e garantir o *back-up*, quando for necessária a manutenção do equipamento, bem como para usar o excedente de energia na rede elétrica como uma usina virtual distribuída.

Livro Final Revisado 1000.pmd 53 22/9/2005, 01:24

De outro lado tem sido cogitada a ampliação do uso de gás natural, nos veículos, na indústria e nas residências. De outro lado, as reservas de gás em Santos foram reduzidas em relação à projeção inicial.

do gás da Bolívia devido à mudanças políticas naquele país, que passou a buscar maior controle no uso de seus recursos naturais. Mas foram exagerados os prognósticos de interrupção do fluxo no gasoduto, pois o Brasil é um mercado natural para o gás boliviano, entretanto seu preço pode aumentar por esta e por outras razões, pois é função do preço do petróleo, por contrato.

Além da importação de gás da Bolívia e da Argentina, o Brasil deve estudar a possibilidade de considerar o petróleo peruano de Camisea. Há dificuldades logísticas para se ter acesso a ele, mas algumas soluções foram prospectadas em uma tese recente.[1]

O consumo do carvão mineral, cujas reservas mundiais são grandes, se mantém alto em nível mundial, apesar de seu impacto nas emissões de gases de efeito estufa. No Brasil este consumo é pequeno, quase restrito ao carvão siderúrgico ou ao coque importado, além de algumas termelétricas no sul.

[1] Elisabeth Morales, tese de doutorado, COPPE/ UFRJ, 2001

Livro Final Revisado 1000.pmd 54 22/9/2005, 01:24

QUADRO 3 - CARVÃO					
	Argentina	Colômbia	Peru	Venezuela	Brasil
Reservas	474	7300	1170	528	11 147
Produção	0,23	52,5	20,3	10	6,4

Reservas em milhões de toneladas;
Produção em milhões de toneladas / ano
Fonte:
Energy Information Adminstration e OLADE. Dados de 2004, em alguns casos de 2003 ou 2002

Entre os países selecionados possuem maiores reservas de carvão (Quadro 3) o próprio Brasil, seguido da Colômbia, vindo muito atrás o Peru, a Venezuela e a Argentina. A Colômbia destaca-se pela boa qualidade de seu carvão, sendo o acesso do Brasil a ele uma questão de logística e de preço, além das restrições ambientais eventuais.

No setor elétrico, o Quadro 4 mostra que o Brasil fica à frente na América do Sul tanto em capacidade instalada como em energia gerada, seguido de Venezuela, da Argentina e do Paraguai. A grande quantidade de energia gerada por este último é devido à Hidrelétrica Binacional de Itaipu e é praticamente toda exportada para o Brasil.

Prevalece a geração hidrelétrica que atinge 99,5% da energia gerada no Paraguai, 80% no Brasil, mais de 70% na Colômbia, mais de 60% na Venezuela e no Equador. A geração termelétrica convencional tem sua maior participação percentual na Bolívia com 75%, seguida do Peru e da Argentina com cerca

Livro Final Revisado 1000.pmd 55 22/9/2005, 01:24

de 50%, enquanto a energia nuclear comparece apenas na Argentina e no Brasil,

QUADRO 4 - ENERGIA ELÉTRICA

	Argent	Bolívia	Colômbia	Equador	Paraguai	Peru	Venezuela	Brasil
Capaci-dade	27	1,2	13,1	3,3	8,0	6,0	21,2	82,5
Geração	81,4	4,1	44,9	11,5	48,4	21,7	87,0	359,2
Hidro	44	25	77	63	99,5	50	62	80
Termo	49	75	23	37	0,5	50	38	17
Nuclear	7	-	-	-	-	-	-	3

Capacidade instalada em gigawatts = milhões de kW
Geração elétrica em bilhões de kWh
Geração Hidroelétrica, Termoelétrica e Nuclear em %
Fonte:
Energy Information Adminstration e OLADE. Dados de 2004, em alguns casos de 2003 ou 2002

O Quadro 5 dá os dez países com maiores recursos hídricos do mundo, entre os quais se incluem o Brasil o Brasil (primeiro lugar), o Peru (sétimo) e a Venezuela (décimo). Verifica-se que apesar disto o Peru utiliza pouco a hidroeletricidade, mas infelizmente não é simples sua integração com o Brasil.

Livro Final Revisado 1000.pmd 56 22/9/2005, 01:24

QUADRO 5 – RECURSOS HÍDRICOS

Dez Maiores do Mundo

	km3 / ano	m3 /ano / habitante
Brasil	**8,2**	**48,3**
Rússia	4,5	30,9
Canadá	2,9	94,3
Indonésia	2,8	13,3
China	2,8	2,2
EUA	2,0	7,4
Peru	**1,9**	**74,5**
Índia	1,9	1,8
Congo	1,3	25,1
Venezuela	1,2	51,0
Dez Maiores	29,7	34,9
Mundo	43,7	7,2

Fonte:
FAO, ONU, 2003
Citado por Roberto D 'Araujo, Seminário sobre Estratégias Energéticas, 2004

Em capacidade instalada (Quadro 6) o Brasil ocupa o quarto lugar, atrás do Canadá, dos EUA e da China, aparecendo a Venezuela em nono lugar entre os dez países do mundo com maior potência elétrica.

É muito modesta a integração do Brasil do Brasil com a Venezuela, através da ligação com a usina venezuelana de Guri no Norte. Há uma interligação maior com a Argentina, com capacidade de cerca de 2 mil MW médios, mas não tem havido disponibilidade de energia na Argentina para usá-la plenamente.

Livro Final Revisado 1000.pmd 57 22/9/2005, 01:24

Esta linha de transmissão pode ser usada nos dois sentidos, pois há certa complementaridade entre a Argentina e o Brasil. É muito grande a transferência de energia hidrelétrica do Paraguai para o Brasil, gerada por Itaipu, a maior hidrelétrica do mundo, constituindo um exemplo de integração energética no continente, ao lado do gasoduto Bolívia Brasil.

Uma possibilidade cogitada de integração elétrica com a Bolívia é construir termelétricas lá para usar seu gás natural e fazer a transmissão elétrica para o Brasil. Uma objeção é as perdas da transmissão elétrica, maiores que em gasoduto.

Livro Final Revisado 1000.pmd 58 22/9/2005, 01:24

QUADRO 6 – CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO ELÉTRICA

Dez Maiores do Mundo

	Capacidade Energia MW	Instalada Gerada GWh
Canadá	66,9	341,3
EUA	79,5	319,5
China	65,0	204,3
Brasil	**57,5**	**285,6**
Rússia	44,0	160,5
Noruega	27,5	121,8
Japão	27,2	84,5
Índia	22,0	82,2
França	25,3	77,5
Itália	16,6	47,0
Suécia	16,2	70,8
Suíça	13,2	37,3
Venezuela	**13,1**	**60,6**
Áustria	11,6	41,7

Fonte:
Survey of Energy Resources - World Energy Council
Roberto D 'Araujo, Seminário sobre estratégias Energéticas, 2004

No campo da energia nuclear é possível estabelecer uma forte cooperação entre Brasil e Argentina. Além da colaboração na tecnologia dos reatores, pode-se estudar a utilização pelos reatores argentinos do combustível nuclear após seu uso nos reatores brasileiros. A razão disso é que o Brasil utiliza reatores de água leve pressurizada (PWR) e urânio enriquecido (com cerca de 3% do isótopo de urânio U-235), enquanto a Argentina tem

Livro Final Revisado 1000.pmd 59 22/9/2005, 01:24

reatores de água pesada (HWR) e urânio natural (com 0,7% de U-235). O combustível usado nos PWR contem uma mistura de produtos de fissão, plutônio e urânio com cerca de 0,9% de U-235; seria possível reencamizá-lo para uso direto nos HWR, adaptados para funcionarem como reatores a urânio ligeiramente enriquecidos, como os reatores a gás AGR ingleses.

Dadas as dimensões do uso do álcool motor no Brasil, esta experiência poderia servir de base para transferência de tecnologia para os países sul – americanos, contribuindo para reduzir emissões de gases do efeito estufa para a atmosfera, um problema atual em nível mundial. Este tipo de projeto pode ser incluído, em princípio, no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto.

Livro Final Revisado 1000.pmd 60 22/9/2005, 01:24

MECANISMOS DE FINANCIAMENTO NA AMÉRICA DO SUL

O texto a seguir é de responsabilidade do autor e, portanto, em nada compromete as posições do Governo brasileiro ou de qualquer outro Governo sul-americano.

MECANISMOS DE FINANCIAMENTO NA AMÉRICA DO SUL

Reginaldo Braga Arcuri[*]

1- Introdução

A busca de tornar efetiva a integração da América do Sul tomou contornos mais objetivos a partir do ano de 2000, quando, pela primeira vez, reuniram-se em Brasília todos os Presidentes da América do Sul.

Resultou desse encontro um programa específico centrado na integração das redes deinfra-estrutura da Região, a IIRSA.

Aprofundando os esforços anteriores, a partir de 2003 tiveram novo ímpeto as negociações comerciais entre os dois maiores blocos econômicos, resultando,em 2004, na assinatura dos Acordos MERCOSUL-CAN. Em sua arquitetura, um elemento essencial foi o reconhecimento explícito das assimetrias existentes entre os países e seu tratamento diferenciado.

[*] Diretor da Secretaria do MERCOSUL.

Livro Final Revisado 1000.pmd 63 22/9/2005, 01:24

Ao mesmo tempo, os objetivos mais amplos e de mais longo prazo apontam para a redução dessas através de ações destinadas à ampliação dos mercados regionais e da competitividade através, prioritariamente, da integração decadeias produtivas e da agregação de valor e inovação aos bens e serviços aqui produzidos.

Com o lançamento, nesse mesmo ano, da Comunidade Sul-Americana de Nações, incorporando Chile, Guiana e Suriname e a associação recíproca dos países na CAN e no MERCOSUL, estabeleceu-se um marco político que permitirá operar em condições muito mais favoráveis a implantação efetiva das medidas acordadas.

2 - Desafios

Uma questão central de agora em diante será conseguir que tais acordos, fruto de quase uma década de intensas negociações, possam produzir os resultados previstos, assegurando-se as demais condições necessárias para que o comércio intra-zona se amplie significativamente, seja mais equilibrado e sua composição reflita a inclusão crescente de bens de maior valor agregado nas pautas de exportações de todos os países.

Para isso será necessário operar coordenadamente a implementação de transformações efetivas em, pelo menos, três grandes áreas :

Livro Final Revisado 1000.pmd 64 22/9/2005, 01:24

1) os projetos da IIRSA no setor de transportes, para permitir fluxo real e efetivo de bens com custos de fretes e seguros compatíveis com os estandares mundiais e da conexão ou ampliaçãodas demais redes de infra-estruturas que apoiarão o incremento da produtividade,

2) uma progressiva mas efetiva integração de cadeias produtivas da região, aprofundando o aproveitamento das escalas geradas e induzindo a avanços sistêmicos em sua competitividade, tendo como parâmetro suas concorrentes mundiais e 3) o estímulo à ampliação do comércio intra-zona, introduzindo no mesmo um número crescente de médias e pequenas empresas e incluindo os mencionados bens de maior valor agregado, principalmente no sentido CAN-MERCOSUL.

Condições de estabilidade macro-econômica e a concretização de outros acordos que abram ou melhorem o acesso a terceiros mercados estão entre algumas das principais pré-condições para a operação exitosa dos programas derivados desses objetivos. Mas a disponibilidade efetiva de fontes e formas de financiamento é também uma questão crítica a ser solucionada no curto prazo para que o processo avance e gere resultados palpáveis.

Uma rápida síntese das circunstâncias atuais da região permite identificar alguns dos problemas que dificultam a

Livro Final Revisado 1000.pmd 65 22/9/2005, 01:24

construção (ou operação) dos mecanismos de financiamento necessários:

- trata-se de países em desenvolvimento com severas restrições fiscais e demandas sociais imensas e logo não se pode, como em outros períodos, basear o financiamento (para infra-estrutura ou setor produtivo) essencialmente em subsídios e gastos diretos a serem suportados pelos Erários Nacionais ;

- a poupança privada interna é limitada e os mecanismos de intermediação representados pelos mercados de capitais e assemelhados estão ainda insuficientemente desenvolvidos;

- os marcos jurídicos que permitirão associações (e regulamentarão as relações) entre setor público e privado em projetos de mais longa maturação ainda não estão desenhados definitivamente ou, em alguns casos, entraram em operação há tempo insuficiente para uma avaliação profunda de sua operacionalidade;

- os resultados objetivos da importante participação do setor privado em projetos ou companhias privatizadas nas áreas de infra-estrutura (com aressalva do setor de telecomunicações) durante os anos 90 indicam problemas

Livro Final Revisado 1000.pmd 66 22/9/2005, 01:24

na implantação do modelo tanto na percepção do público quanto dos investidores privados;
- as médias e pequenas empresas, por suas circunstâncias, têm dificuldades estruturais para conseguir cumprir com os critérios "normais" de avaliação quanto ao risco e ao oferecimento de garantias para acesso a financiamentos;

- há limitações importantes na obtenção de informações sobre projetos e mercados , principalmente nos casos das infra-estruturas, plantas industriais de setores que demandam mais longa maturação ou os que estão nas fronteiras da inovação.

3 - Oportunidades

3.1 Bancos e Fundos de Desenvolvimento

Como tais questões não surgem agora, nos níveis nacionais e sub-regionais foram construídos os mecanismos adaptados e preparados para, dentro de determinados limites, oferecer resposta à questão do financiamento às atividades produtivas e à implantação das infra-estruturas.

A literatura mais recente sobre os processos regionais de integração da América do Sul indica, de uma maneira geral que, dadas as dificuldades anteriormente mencionadas, (além de outras

Livro Final Revisado 1000.pmd 67 22/9/2005, 01:24

mais específicas) o financiamento a projetos industriais de maior envergadura ou de mais longa maturação, assim como os destinados à implantação de projetos de energia e transporte, por exemplo, não têm sido possíveis ou não lograram êxito sem que houvesse alguma coordenação e aporte de recursos por parte dos Estados Nacionais.

Praticamente todos os Países da Região desenvolveram, então, além dos recursos orçamentários empregados diretamente, Bancos ou Fundos nacionais de desenvolvimento destinados a operar programas de apoio aos investimentos nesses e em outros setores considerados estratégicos, além de, ao longo do tempo, incorporar novas áreas e setores em suas carteiras.

Na medida em que na Cúpula de Cusco os Presidentes definiram que os objetivos da Comunidade Sul-Americana de Nações seriam implementados valendo-se não de uma nova burocracia mas sim dos organismos em operação nos Países e nos entes gerados pelos processos sub-regionais de integração, a existência dessa importante rede de instituições financeiras deverá ser tomada como base para o aperfeiçoamento e construção dos mecanismos de financiamento da mesma.

3.2 Fóruns e Programas de Competitividade

Outras estruturas importantes para a conformação de um sistema integrado de financiamento ao desenvolvimento da

Livro Final Revisado 1000.pmd 68 22/9/2005, 01:24

América do Sul são os programas nacionais ou sub-regionais de competitividade.

O choque da competição direta em seus mercados internos com produtos mais baratos, com qualidade e sempre incorporando inovações, vindos de centros dinâmicos da economia mundial, e a dura competição com os mesmos nos mercados internacionais despertou em nossos países a consciência de que, sem tratar a questão da competitividade como um desafio crítico e urgente, a tendência de redução da nossa presença no comércio mundial (já verificada) se acentuaria e os déficits nas balanças comerciais seriam insustentáveis.

Partindo de metodologias similares e normalmente reunindo governo, empresários e trabalhadores em torno de uma mesa de diálogo permanente, tais Fóruns ou Programas permitem:

- tratar a produção a partir do conceito mais operacional de cadeias produtivas, e não apenas fazendo um recorte setorial;

- produzir diagnósticos a partir das informações e avaliações dos atores envolvidos, incorporando de maneira inédita as questões que afetam direta e especificamente as médias e pequenas empresas;

- como nos sistemas mais avançados de produção industrial, fazer dos trabalhadores participantes ativos, incorporando

Livro Final Revisado 1000.pmd 69 22/9/2005, 01:24

suas perspectivas e demandas ao processo;

- gerar planejamento de médio e longo prazo, preenchendo um espaço antes ocupado quase exclusivamente pelos governos, ao estabelecer metas hierarquizadas e quantificáveis para o conjunto e cada elo da cadeia produtiva e para macrometas nacionais como exportações, geração de empregos, produtividade,etc.

Ressalte-se, ainda, que os Bancos ou Fundos nacionais de desenvolvimento sempre participam de tais programas ou, como a CAF, têm o seu próprio programa com abrangência sub-regional (Programa de Apoio à Competitividade). O MERCOSUL criou em 2002 seus Fóruns de Competitividade, tendo a cadeia madeira e móveis como experiência em curso.

4 - Construindo Mecanismos de Financiamento para a América do Sul

4.1 Indústria e Infra-estrutura

Se agregarmos os valores e os instrumentos financeiros que manejam os mencionados Bancos e Fundos e aqueles existentes no setor privado, poderemos verificar que representam uma massa muito significativa de recursos já disponíveis e em operação. Trata-se, portanto, de coordenar sua utilização para

Livro Final Revisado 1000.pmd 70 22/9/2005, 01:24

que se consolidem como as ferramentas básicas para implantação dos projetos que tornarão efetiva a integração da América do Sul.

Partindo das determinações da Cúpula de Cusco e tendo como referência a experiência em curso da IIRSA, o caminho mais curto para oferecer, em condições operacionais, financiamentos em valores crescentes e com processos de aprovação e liberação mais rápidos para essas duas grandes áreas poderia prever os seguintes passos:

- instruções dos Srs. Presidentes aos Chanceleres para que constituíssem um Comitê de Coordenação das Entidades de Financiamento ao Desenvolvimento, subordinado às decisões desses e dos Ministros da área econômica, formado pelos presidentes (ou as mais altas autoridades) dos Bancos nacionais e Fundos de desenvolvimento, autoridades de alto nível dos Ministérios de Fazenda ou Economia, além dos presidentes da CAF, Fonplata, BID e de representação do FOCEM MERCOSUL;

- definição de um período curto (um semestre) para que esse Comitê produza uma avaliação dos mecanismos de financiamento já existentes e suas possíveis formas de articulação para efetivamente aportar recursos aos projetos de integração priorizados;

Livro Final Revisado 1000.pmd 71 22/9/2005, 01:24

- utilizar os 31 projetos prioritários(selecionados na mesma cúpula de Cusco) da IIRSA como ponto de partida e realizar, a partir daí, com um ou dois desses , experiências-piloto que tenham como objetivo viabilizar concretamente os financiamentos necessários no menor espaço de tempo possível;

-tais experiências piloto deveriam concentrar-se em tornar operacionais as seguintes questões:

a) um sistema de gerenciamento exclusivo para cada projeto, (também previsto na Agenda de Implementação) capaz de, com eficiência, coordenar as múltiplas instâncias de governos, bancos e empresas privadas para viabilizar a aprovação e o efetivo desembolso de recursos;

b) compartilhamento de informações e experiências entre as entidades financeiras, principalmente sobre questões como metodologias de análise de projetos e processamento de informações, sistemas de aprimoramento de garantias (cruzadas, colaterais) e mitigação de riscos.

Um segundo Comitê poderia ser criado congregando os dirigentes dos programas nacionais e regionais de competitividade para:

Livro Final Revisado 1000.pmd 72 22/9/2005, 01:24

a) estabelecer metas e acompanhar sua execução avaliando o aumento da competitividade das cadeias produtivas envolvidas, a evolução das correntes internas e externas de comércio (em seus volumes, valores e composição) e os efeitos sobre a geração de emprego e renda nas regiões envolvidas;

b) propor medidas nas áreas de regulação, financiamento e promoção comercial sugeridas no âmbito dos Fóruns Nacionais e Regionais que contribuam para o aumento da competitividade de tais cadeias.

Os resultados obtidos deveriam ser avaliados em reunião conjunta entre os dois Comitês como forma de dar início a um esforço de articulação entre as duas instâncias tendente a gerar, no futuro, um planejamento cada vez mais integrado, também já previsto. Em relatórios distintos, seriam elevados aos Chanceleres e por esses diretamente aos Presidentes, como ponto central de sua reunião de Cúpula, que produziria não apenas a avaliação crítica da implantação de cada projeto mas, e principalmente, permitiria que o processo fosse permanentemente direcionado pelos Presidentes para a obtenção de resultados mensuráveis e concretos, como forma de tornar efetiva a integração sul-americana.

4.2 Financiamento ao Comércio Intra-zona

Outra questão fundamental para utilizar da melhor maneira

Livro Final Revisado 1000.pmd 73 22/9/2005, 01:24

os benefícios imediatos que podem gerar os acordos MERCOSUL-CAN é potencializar, através de mecanismos de financiamento ágeis e em volumes suficientes, a ampliação do comércio em curso entre os dois blocos, Chile, Guiana e Suriname.

Também nesse caso cada um dos Países possui linhas de crédito (com recursos públicos e privados) em operação, mas haveria uma oportunidade extremamente importante para ampliar essas correntes comerciais se fosse acelerada a "reativação" do instrumento criado pelos países da ALALC em 1965, (e adaptado em 1982 após a criação da ALADI) conhecido pela sigla CCR.

O Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos é um mecanismo criado pelos bancos centrais dessa Associação (mais a República Dominicana), pelo qual se cursam e compensam, entre eles, a cada quatro meses, os pagamentos derivados do comércio dos países membros, de bens originários e serviços efetuados por pessoas residentes, de modo que ao final do quadrimestre, somente se transfere ou recebe o saldo global do banco central de cada país com o resto.

Além disso, o CCR é mais do que apenas uma câmara de compensação, e contempla garantias (conversibilidade, transferibilidade e reembolso) e é um mecanismo para facilitar e promover as exportações, assim como para o apoio recíproco

Livro Final Revisado 1000.pmd 74 22/9/2005, 01:24

entre os mesmos países (através de seus bancos centrais) em casos de dificuldades conjunturais de liquidez.

As mudanças ocorridas internamente em cada país e no mundo quanto às características operacionais dos sistemas financeiros, somadas a problemas localizados em algumas operações cursadas via CCR e a necessidade de gerar novos sistemas de garantias que não fossem suportadas apenas pelos bancos centrais, determinaram, no período mais recente, importantes restrições ao seu funcionamento, provocando uma lacuna significativa no portfólio de opções com que contam os exportadores de região.

Apenas à guisa de exemplo, se tomarmos as operações cursadas entre 1966 e 2005, veremos que as mesmas alcançaram um montante total de US$217 bilhões, correspondendo apenas US$68 bilhões a divisas transferidas, donde se verifica que para cancelamento de saldos foram necessários somente 31% do valor total, ou seja, foram compensados, sem efetiva transferência (gasto) de divisas 69%.

Várias formas de reativação do CCR se encontram em curso nos últimos anos.

Algumas, em determinados países, já em processo de implementação e sendo utilizadas para execução de projetos de

Livro Final Revisado 1000.pmd 75 22/9/2005, 01:24

grande envergadura, além do comércio de bens. Outras iniciativas no sentido da recuperação do alcance do Convênio poderiam ser aceleradas por decisão dos Presidentes, contribuindo decisivamente para o incremento no curto prazo do comércio regional.

5) Conclusão

Dada a existência de meios e instrumentos necessários, a questão mais imediata para permitir uma utilização eficaz de tais mecanismos de financiamento na América do Sul seria a de implementar uma coordenação operativa entre as entidades e programas citados.

Com decisões políticas claras orientando o processo será possível utilizar os mecanismos mencionados com maior eficiência, rapidez e segurança, gerando resultados que concretizem as oportunidades surgidas do renovado compromisso com a integração da América do Sul. É com esse propósito que se avançam as idéias aqui sugeridas.

Livro Final Revisado 1000.pmd 76 22/9/2005, 01:24

AMÉRICA DO SUL:
DA DIVISÃO PREMATURA
À INTEGRAÇÃO QUE AMADURECE

O texto a seguir é de responsabilidade do autor e, portanto, em nada compromete as posições do Governo brasileiro ou de qualquer outro Governo sul-americano.

AMÉRICA DO SUL:
DA DIVISÃO PREMATURA À INTEGRAÇÃO QUE AMADURECE

Eugênio Bucci[*]

A idéia da divisão da América do Sul é precoce, ou melhor, é prévia: nasceu antes da chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil. A idéia da divisão data de 1494, quando Portugal e Espanha celebraram o Tratado de Tordesilhas, traçando uma linha de pólo a pólo 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde. Pelo acordo, as terras que viessem a ser descobertas do lado ocidental da linha pertenceriam aos reis de Aragão e Castela, cabendo a Portugal tudo que ficasse a leste. As terras que só seriam "descobertas" depois de 1494 foram assim repartidas de antemão (como durante as negociações do tratado Cristóvão Colombo estava em sua segunda viagem à América, foi aberta para ele uma exceção: os territórios que ele encontrasse a partir de 250 léguas a oeste de Cabo Verde ficariam sob domínio espanhol).

[*]Jornalista, Doutor em Ciências da Comunicação, presidente da Radiobrás.

Livro Final Revisado 1000.pmd 79 22/9/2005, 01:24

No caso dos sul-americanos, a cisão ao meio, essa fissura, antecede a existência oficial do continente. Esse tipo de divisão fundadora, uma divisão que precede à própria constituição do ser, não é algo assim tão simples de entender. Ou de explicar. Na origem, na gênese, o que está lá, criando a América do Sul, é uma barra vertical, um muro primordial. Assim como, na teoria psicanalítica de Jacques Lacan, o sujeito humano é por definição um sujeito dividido, o nosso continente nasce dividido: parece uma anedota, aliás bem ao gosto de Lacan, mas é um trauma – aspectos que não são excludentes.

Assim é que uns falam português e outros falam espanhol, separados por uma linha que já não é tão retilínea como aquela riscada pelos negociadores do século XV, mas ainda persiste, embarrigada para oeste, às vezes se perdendo na selva, às vezes quase encostando nas montanhas. A fronteira entre os dois idiomas do nosso continente tem a conformação de uma cicatriz, uma cicatriz ancestral: no princípio, era o marco divisório.

Quanto à idéia da integração, esta é bem posterior. Se a idéia da divisão é precoce, podemos dizer que a idéia da integração é tardia. Ela vai aparecer com mais força na face espanhola da América, por volta do século 19, nas campanhas militares que, a um tempo, buscavam libertar os países do jugo colonial e fundi-los em nações livres, maiores e bem armadas. Essa aspiração teve em Simón Bolívar (1783-1830) e San Martin

Livro Final Revisado 1000.pmd 80 22/9/2005, 01:24

(1778-1850) seus símbolos mais cintilantes. Ambos são chamados de libertadores, mas, dadas as características de suas mensagens de unificação, poderiam também ser chamados de fundadores. São, de fato, heróis fundadores. Heróis armados. Unir os países de língua espanhola da América era, então, um sonho de generais.

Depois das armas, os mercados. O final do século 20 trouxe um forte incremento das negociações comerciais entre os sul-americanos. A aproximação pela compra-e-venda ganhou substância e gerou efeitos no plano institucional, com acordos bilaterais e multilaterais de cooperação de diversas formas. Investimentos e empreendimentos transnacionais passaram a impor modificações profundas na fisionomia da América do Sul, que cada vez mais assume as feições iniciais de uma economia em vias de integração, agora movida pelos agentes de mercado. De sonho de generais, a integração assume ares de uma causa capitalista.

Apenas muito lentamente a aproximação comercial entre os países sul-americanos vem se manifestando no âmbito da cultura. Muito superficialmente também. Há, por exemplo, tratados que têm como objeto a produção cinematográfica, assim como há festivais dedicados à produção audiovisual do continente. São ações com vistas ao mercado, ou seja, são expressões periféricas de um movimento econômico mais profundo, que nada têm a ver com a essência do que de melhor

Livro Final Revisado 1000.pmd 81 22/9/2005, 01:24

se pode entender por cultura. O fato de os bens culturais serem também mercadorias, e de terem a sua circulação condicionada por leis de mercado, explica a maneira como a cultura tem refletido a integração econômica, o que nos leva a uma breve digressão.

Não há, no nosso continente, a tradição política de dispensar à cultura um tratamento que a separe – e que a proteja – das leis de mercado. Raramente temos conseguido administrar a cultura, na esfera do Estado, como um fator de formação e não apenas como um item de produção e consumo. Não é o caso de buscar generalizações, mas é possível afirmar que, na maior parte dos períodos da maior parte dos nossos países, a cultura tem sido gerida, isso quando foi de fato gerida, como um reflexo, um apêndice, uma conseqüência, um adereço de processos que lhe são exteriores. Essa constatação incontornável, ainda que constrangedora, está na raiz da inexistência de um papel de relevo, exercido pela cultura, nos movimentos de integração que vivenciamos até aqui. Da mesma forma, a comunicação – entendida não como negócio e muito menos como tecnologia, mas como compartilhamento de sentidos e de significações entre agentes sociais – também não desempenhou uma função de protagonista nesses processos. O que não há de ser casual.

Quando buscamos no passado e mesmo no presente as experiências que tiveram ou que têm como tema a integração do continente, verificamos que a cultura e a comunicação vão de

Livro Final Revisado 1000.pmd 82 22/9/2005, 01:24

arrasto, vão de brinde, como se fossem um enfeite. Muitas vezes se fala na lentidão com que caminham os projetos que buscam integrar a América do Sul. Outras vezes se fala em projetos malogrados. Pois tanto a lentidão que alguns apontam como o malogro de que outros se queixam têm boa parte da sua explicação no desprezo da cultura e da comunicação. Não haverá integração do continente se ela não for costurada pelas relações próprias da cultura e da comunicação.

Essa percepção é ainda mais grave quando se nota que está em curso o surgimento de um espaço público internacional na América do Sul. A categoria de espaço público, como sabemos, só pode ser dada como existente quando amparada por uma teia de relações econômicas e por algum nível de institucionalização, mesmo que incipiente. Acima disso, porém, em sua essência, o espaço público é uma esfera constituída pela formulação compartilhada de sentidos e significados comuns a seus agentes, seus sujeitos, seus cidadãos, em torno de temas que a todos digam respeito, de modo simultâneo. Em suma, um espaço público é um espaço constituído pelas relações de comunicação e tem lugar nas práticas sociais da cultura.

A América do Sul parece condenada a dar suporte a um novo espaço público internacional. É fácil constatar as razões desse fenômeno, que guarda semelhanças com o que se passa em outras regiões do mundo. É cada vez maior, em nosso continente,

Livro Final Revisado 1000.pmd 83 22/9/2005, 01:24

o número de impasses e encruzilhadas cujas soluções dependem de práticas comunicativas, de negociações regionais, de iniciativas que mesclam atores de nacionalidades variadas, em círculos maiores ou menores. Esse espaço público inevitavelmente virá. Florescerão e já estão florescendo, no seu bojo, veículos de comunicação os mais diversos, eletrônicos, audiovisuais ou impressos, que terão, e já começam a ter, naturezas jurídicas variadas, públicas ou privadas, numa teia que ganhará concretude numa velocidade acentuada nos próximos anos. O que nos desafia, agora, não é admitir ou deixar de admitir esse novo espaço público, mas é saber que caráter ele terá e qual a melhor forma de atuar sobre a sua constituição.

As interrogações em aberto são muitas. Citemos aqui apenas duas. A primeira: Ele terá um repertório mais público, quer dizer, mais dedicado a temas e causas públicas, comprometido com o aclaramento dos direitos, dedicado a buscar, refletir e promover diversidades culturais independentemente de seus valores de mercado, ou ele será um prolongamento automático da gramática comercial da maior parte dos meios de comunicação que atuam hoje na América do Sul? A segunda: O espaço público sul-americano será um convite à integração ou será meramente um palco para a competição comercial ou política entre países ou grupos de países e grandes empresas?

É fundamental ter claro que a existência de um espaço público nascente, como aquele que esboçamos aqui, não implica

Livro Final Revisado 1000.pmd 84 22/9/2005, 01:24

automaticamente a integração. Pode implicar, aliás, o seu oposto: dominações veladas, supressão de identidades culturais, estancamento de oportunidades para cidadãos de diversas nacionalidades. Pode significar, enfim, uma subglobalização, por assim dizer, mais ou menos selvagem. A sobreposição de um paradigma de sociedade sobre outros, ainda que seja capaz de unificar espacialmente um agrupamento de populações, não tem nada a ver com o que temos concebido como integração, processo que requer entendimento horizontal e reformulação de paradigmas variados em padrões comuns e negociados de convivência.

O que nos interessa, isto sim, é um espaço público nascente que seja um convite à integração. Se formos capazes de observar os requisitos para estabelecer formas de comunicação democráticas entre os povos, entre as pessoas, homens e mulheres de carne e osso, o que supõe o livre trânsito da informação, poderemos contribuir para imprimir a esse espaço público nascente um caráter menos excludente e mais apto a construir novos laços identitários entre os sujeitos e o espaço ampliado do continente.

A América do Sul pode ser mais que mais um bloco econômico para negociações internacionais com outros blocos. Pode ser, de fato, um continente integrado, de cidadãos que se reconheçam identificados entre si, tanto no plano da cultura como no plano da comunicação. O que nesse momento pode fazer uma

Livro Final Revisado 1000.pmd 85 22/9/2005, 01:24

grande diferença positiva é a criação de canais públicos de comunicação para os sul-americanos. De modo ainda embrionário, é o que já começa a acontecer quando são criadas entidades como a Arnaspal (Associação de Rádios Nacionais de Serviço Público da América Latina, criada no ano de 2000), ou quando uma emissora de televisão como a TeleSur (uma iniciativa da Venezuela com a participação da Argentina, de Cuba e do Uruguai) estréia sua programação dedicada a fortalecer a identidade sul-americana, ou ainda quando a TV Brasil – Canal Integración também começa as suas transmissões com o objetivo de promover a integração por meio da informação e da cultura. Várias outras ações com o mesmo perfil se encontram em gestação e em breve serão parte dessa nova realidade.

Especialmente na televisão, esse eletrodoméstico que virou sinônimo de espaço público nos nossos países, a comunicação pública poderá determinar grandes inovações, desde que essas novas iniciativas não venham a ser contaminadas por veleidades ou pretensões propagandísticas de estados nacionais. Precisamos de uma comunicação pública que esteja inteiramente livre de interesses promocionais de qualquer natureza: comercial, partidária, nacional ou religiosa. Ela deve estar comprometida com uma só causa, a da integração. E por integração devemos entender a aproximação horizontal entre sujeitos sociais de nacionalidades distintas, que partilhem de projetos comuns num ambiente de pluralidade.

Livro Final Revisado 1000.pmd 86 22/9/2005, 01:24

Tal desafio requer uma revisão profunda no entendimento que temos admitido de comunicação pública. Até aqui, no âmbito dos governos, a comunicação tem sido concebida como a forma de promover valores ou conceitos de interesse dos governantes. A comunicação é entendida, em poucas palavras, como ferramenta para o convencimento ideológico. Agora, para o período em que vivemos, essa concepção é anacrônica, além de desastrosa. A democracia contemporânea, tanto no plano nacional como no plano regional, exige de seus dirigentes um novo grau de desprendimento. Em lugar de promover autoridades ou bandeiras partidárias – hábito, ou melhor, vício que nos vem das piores heranças patrimonialistas –, em lugar de vender respostas doutrinárias a problemas imaginários, a comunicação deve cuidar de informar com objetividade, de refletir e promover a diversidade cultural, de assegurar as condições para que o cidadão reflita e decida com autonomia. Uma nova comunicação pública não é aquela que está em guerra contra esta ou aquela concepção de mundo, mas a que encontra maneiras criativas de entender as diversas visões, reportá-las, dar-lhes voz, buscando pontes de diálogo com elas. Uma nova comunicação pública deve cuidar de fornecer os dados necessários para que as pessoas, em seus diversos níveis de escolaridade, de poder aquisitivo e de informação, construam livremente a sua visão das coisas, a sua opinião sobre os fatos e a sua vontade política. Essa nova comunicação pública não ambiciona angariar seguidores ou convertidos; ao contrário, alimenta-se da confiança prévia de que

Livro Final Revisado 1000.pmd 87 22/9/2005, 01:24

o público, em seu conjunto, é mais sábio do que seus dirigentes; de que a coletividade, de posse dos dados e das equações que a realidade oferece, saberá imaginar soluções melhores do que aquelas que os controladores dos meios de comunicação tenham porventura estabelecido. É uma comunicação que acredita na inteligência e na criatividade do público.

Um espaço público mediado por esse tipo de postura pode ser um convite à integração, e nisso não é nenhum exagero acreditar. Sem esquecer o marco divisório, profundo e ancestral, da nossa fundação – posto que esquecê-lo seria não compreendê-lo –, podemos superá-lo em um novo tecido que nos integre sem nos descaracterizar.

Livro Final Revisado 1000.pmd 88 22/9/2005, 01:24

COMÉRCIO INTRA-REGIONAL
COMÉRCIO COM O RESTO DO MUNDO

Livro Final Revisado 1000.pmd

EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DA AMÉRICA DO SUL

	1999	2000		2001		2002		2003		2004	
	US$ milhões	US$ milhões	Var. %	US$ milhões	Var. %	US$ milhões	Var. %	US$ milhões	Var. %	US$ milhões	Var. %
Intra-Regional	30.013	36.509	21,6%	33.995	-6,9%	28.881	-15,0%	32.174	11,4%	40.984	27,4%
Demais Países	107.866	133.480	23,7%	131.780	-1,3%	136.747	3,8%	162.915	19,1%	215.769	32,4%
Total	137.879	169.989	23,3%	165.775	-2,5%	165.628	-0,1%	195.089	17,8%	256.753	31,6%

EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES DA AMÉRICA DO SUL

	1999	2000		2001		2002		2003		2004	
	US$ milhões	US$ milhões	Var. %	US$ milhões	Var. %	US$ milhões	Var. %	US$ milhões	Var. %	US$ milhões	Var. %
Intra-Regional	30.796	37.042	20,3%	34.980	-5,6%	29.379	-16,0%	34.026	15,8%	42.823	25,9%
Demais Países	103.946	114.504	10,2%	113.326	-1,0%	91.334	-19,4%	97.906	7,2%	126.681	29,4%
Total	134.742	151.546	12,5%	148.306	-2,1%	120.713	-18,6%	131.932	9,3%	169.504	28,5%

Elaboração:

MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial

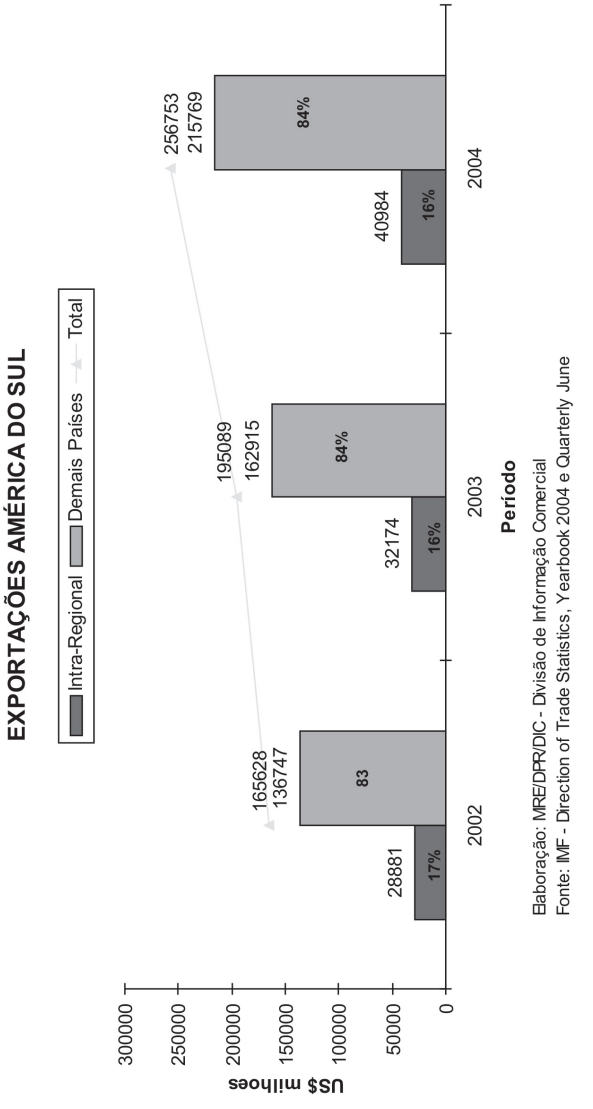
Fonte:

IMF - Direction of Trade Statistics, Yearbook 2004 e Quarterly June 2005.

Obs:

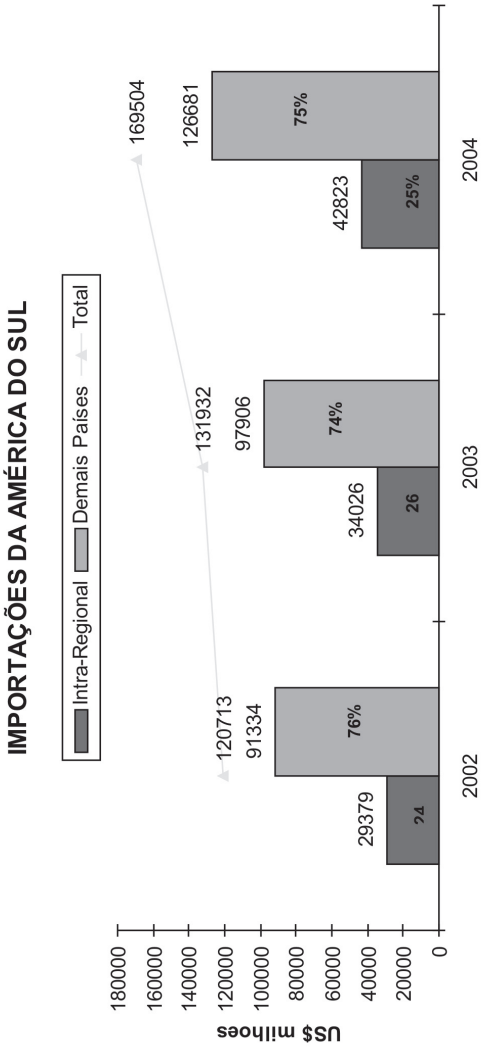
Var. % - variação em relação ao ano anterior

22/9/2005, 01:24



Elaboração: MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial
Fonte: IMF - Direction of Trade Statistics, Yearbook 2004 e Quarterly June

Livro Final Revisado 1000.pmd 92 22/9/2005, 01:24



Elaboração: MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial
Fonte: IMF - Direction of Trade Statistics, Yearbook 2004 e Quarterly June

Livro Final Revisado 1000.pmd 93 22/9/2005, 01:24

INFORMAÇÕES GERAIS DE CADA PAÍS

ARGENTINA

Informações Gerais

Área total
2.780.400 km2

Moeda nacional
Peso

População (2004)

População
37.139.560

Com menos de 15 anos
26%[1]

Com mais de 65 anos
27%[1]

Crescimento anual
1%

Expectativa de vida
74,3 anos

Taxa de fertilidade
2 partos/mulher

Taxa de mortalidade infantil
17/1.000 nascimentos vivos

Produção e Comércio (2004)

PIB
US$ 152.200.000.000

[1]2005

Livro Final Revisado 1000.pmd 97 22/9/2005, 01:24

Crescimento do PIB
9%

PIB *per capita* (PPP)
US$ 12.106

Formação bruta de Capital
18% do PIB

Valor agregado da Agricultura
13% do PIB

Valor agregado da Indústria
36% do PIB

Valor agregado de Serviços, etc.
51% do PIB

Comércio de Bens
35% do PIB

Comércio Exterior, porcentagem do PIB (2004)

Exportação de Bens e Serviços
23%

Importação de Bens e Serviços
15%

Energia (2004)

Utilização Energética
1.550 kg de equivalente a óleo
per capita

Consumo de Energia Elétrica
2.264 kwh *per capita*

Comunicações (2004)

Assinantes de telefones fixos e telefones celulares
662/1.000 pessoas

Computadores pessoais
122/1.000 pessoas

Uso da Internet
215/1.000 pessoas

Investimento e Finanças (2005)

Livro Final Revisado 1000.pmd 98 22/9/2005, 01:24

Informações gerais
de cada país

Valor da dívida
US$ 147.600.000.000

Serviço da dívida
32% das exportações
de bens e serviços

Investimento Direto Estrangeiro,
US$ 3.926.000.000 (2004)

Inflação(deflator do PIB)
7% (2004)

Educação (2003)

Taxa de alfabetização
masculina acima de 15 anos
97,2%

Taxa de alfabetização
feminina acima de 15 anos
97,2%

Relação aluno/professor no
nível primário
17

Gasto público
4% do PIB
(13,8% dos gastos totais)

Ciência e Tecnologia (2004)

Gasto público
0,49% do PIB

Pesquisadores
756/1 milhão de habitantes

Emprego (2005)

Taxa de desemprego – 12,1%

Condições Sociais (2003)

População com menos de
US$ 1 (2003 PPP) de
consumo diário – 3,3%

Fontes:
Banco Mundial
Unesco – Institute for Statistics
United Nations Statistics Division
Ministério de Ciência e Tecnologia
Ministério de Economia e Produção
Instituto Nacional de Estadística y Censo (INDEC)

Livro Final Revisado 1000.pmd 99 22/9/2005, 01:24

BOLÍVIA

Informações Gerais

Área total
1.098.580 km2

Moeda nacional
Boliviano

População (2005)

População
9.427.219 (Projeção)

Com menos de 15 anos
38%

Com mais de 65 anos
13%

Crescimento anual
2,24% (2000-2005)

Expectativa de vida
63 anos

Taxa de fertilidade
3,73 partos/mulher

Taxa de mortalidade infantil
61,25/1.000 nascimentos vivos

Produção e Comércio (2004)

PIB
US$ 8.606.420.000

Livro Final Revisado 1000.pmd 101 22/9/2005, 01:24

Crescimento do PIB
3,58%

PIB *per capita* (PPP)
US$ 2.420[1]

Formação bruta de Capital
11%[1] do PIB

Valor agregado da Agricultura
15%[1] do PIB

Valor agregado
da Indústria
30%[1] do PIB

Valor agregado de Serviços, etc.
55%[1] do PIB

Comércio de Bens
41%[1] do PIB

Comércio Exterior,
porcentagem do PIB (2004)

Exportação de Bens
e Serviços 25%

Importação de Bens
e Serviços
21%

Energia (2002)

Utilização Energética
499 kg de equivalente a óleo
per capita

Consumo de Energia Elétrica
419 kwh *per capita*

Comunicações (2002)

Assinantes de telefones
fixos e telefones celulares
172/1.000 pessoas

Computadores pessoais
23/1.000 pessoas

[1] 2003

Livro Final Revisado 1000.pmd 102 22/9/2005, 01:24

Informações gerais
de cada país

Uso da Internet
32/1.000 pessoas

Investimento e Finanças (2003)

Valor da dívida – US$
2.896.300.032

Serviço da dívida
21% das exportações
de bens e serviços

Investimento Direto
Estrangeiro, ingresso bruto
US$ 566.920.000

Inflação (deflator do PIB)
5,35%[2]

Educação (2002/03)

Taxa de alfabetização
masculina acima de 15 anos
92%

Taxa de alfabetização
feminina acima de 15 anos
80,4%

Relação aluno/professor no
nível primário
24

Gasto público
6,3% do PIB
(19,7% dos gastos totais)

Ciência e Tecnologia (2002/03)

Gasto público
0,3% do PIB

Pesquisadores
118/1 milhão de habitantes

Emprego (2004)

Taxa de desemprego
8,7%

[2] Agosto 2004 - Agosto 2005

Livro Final Revisado 1000.pmd 103 22/9/2005, 01:24

Condições Sociais (1999)

População com menos de US$ 1 (1999 PPP) de consumo diário
14%

Fontes:
Banco Mundial
Unesco – Institute for Statistics
United Nations Statistics Division
Instituto Nacional de Estadística (INE)
Corporación Andina de Fomento (CAF)

BRASIL

Informações Gerais

Área total
8.514.215 km2

Moeda nacional
Real

População (2004)

População
181.586.030

Com menos de 15 anos
28%[1]

Com mais de 65 anos
18%[1]

Crescimento anual
1%

Expectativa de vida
71 anos

Taxa de fertilidade
2 partos/mulher

Taxa de mortalidade infantil
26/1.000 nascimentos vivos

Produção e Comércio (2004)

PIB
US$ 603.952.355.133

[1] 2005

Livro Final Revisado 1000.pmd 105 22/9/2005, 01:24

Crescimento do PIB
5,2%

PIB *per capita* (PPP)
US$ 7.790[2]

Formação bruta de Capital
18%[2] do PIB

Valor agregado da Agricultura
10,1% do PIB

Valor agregado da Indústria
38,9% do PIB

Valor agregado de Serviços, etc.
55,7% do PIB

Comércio de Bens
25%[2] do PIB

Comércio Exterior, porcentagem do PIB (2004)

Exportação de Bens e Serviços
18%

Importação de
Bens e Serviços
13%

Energia (2002)

Utilização Energética
1.093 kg de equivalente a óleo
per capita

Consumo de Energia Elétrica
1.776 kwh *per capita*

Comunicações (2002)

Assinantes de telefones fixos
e telefones celulares
424/1.000 pessoas

Computadores pessoais
75/1.000 pessoas

[2] 2003

Livro Final Revisado 1000.pmd 106 22/9/2005, 01:24

Uso da Internet
82/1.000 pessoas

Investimento e Finanças (2004)

Valor da dívida
US$ 220.182.300.000

Serviço da dívida
64%[2] das exportações
de bens e serviços

Investimento Direto
Estrangeiro, ingresso bruto
US$ 18.084.851.800

Inflação
(deflator do PIB)
8,1%

Educação (2002/03)

Taxa de alfabetização
masculina acima de 15 anos
97,2%

Taxa de alfabetização
feminina acima de 15 anos
97,2%

Relação aluno/professor
no nível primário
17

Gasto público
4% do PIB
(13,8% dos gastos totais)

Ciência e Tecnologia (2002/03)

Gasto público
0,4% do PIB

Pesquisadores
715/1 milhão de
habitantes

Emprego (2004)

Taxa de desemprego
7,5%

Livro Final Revisado 1000.pmd 107 22/9/2005, 01:24

Condições Sociais (2001)

População com menos de US$ 1 (1999 PPP) de consumo diário – 3%

Fontes:
Banco Mundial
Unesco – Institute for Statistics
United Nations Statistics Division
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Livro Final Revisado 1000.pmd 108 22/9/2005, 01:24

CHILE

Informações Gerais

Área total
756.630 km2

Moeda nacional
Peso

População (2004)

População
15.954.560

Com menos de 15 anos
25%[1]

Com mais de 65 anos
23%[1]

Crescimento anual
1%

Expectativa de vida
76 anos

Taxa de fertilidade
2 partos/mulher

Taxa de mortalidade infantil
8/1.000 nascimentos vivos

Produção e Comércio (2004)

PIB
US$ 94.100.296.000

[1] 2005

Livro Final Revisado 1000.pmd 109 22/9/2005, 01:24

Crescimento do PIB
6,1%

PIB *per capita* (PPP)
US$ 10.900

Formação bruta de Capital
25,2% do PIB

Valor agregado da Agricultura
18,8% do PIB

Valor agregado da Indústria
17,1% do PIB

Valor agregado de Serviços, etc.
64,1% do PIB

Comércio de Bens
58% do PIB

Comércio Exterior, porcentagem do PIB (2004)

Exportação de Bens e Serviços
40%

Importação de Bens e Serviços
31%

Energia (2002)

Utilização Energética
1.585 kg de equivalente a óleo
per capita

Consumo de Energia Elétrica
2.617 kwh *per capita*

Comunicações (2002)

Assinantes de telefones fixos e telefones celulares
659/1.000 pessoas

Computadores pessoais
119/1.000 pessoas

Uso da Internet
238/1.000 pessoas

Investimento e Finanças (2004)

Livro Final Revisado 1000.pmd 110 22/9/2005, 01:24

Informações gerais
de cada país

Valor da dívida
US$ 43.963.000.000

Serviço da dívida
15,7% das
exportações de
bens e serviços

Investimento Direto
Estrangeiro, ingresso bruto
US$ 7.146.100.000

Inflação (deflator do PIB)
1%

Educação (2002/03)

Taxa de alfabetização
masculina
acima de 15 anos
95,8%

Taxa de alfabetização
feminina
acima de 15 anos
95,6%

Relação aluno/professor
no nível primário
34

Gasto público
4,1% do PIB
(19,1% dos gastos totais)

Ciência e Tecnologia (2002/03)

Gasto público
0,5% do PIB

Número de Pesquisadores
419/1 milhão
de habitantes

Emprego (2004)

Taxa de desemprego
8.9%

Condições Sociais (2000)

Livro Final Revisado 1000.pmd 111 22/9/2005, 01:24

População com menos
de US$ 1 (1999 PPP)
de consumo diário
2%

Fontes:
Banco Mundial
Unesco – Institute for Statistics
United Nations Statistics Division
Banco Central de Chile
Instituto Nacional de Estatísticas de Chile

Livro Final Revisado 1000.pmd 112 22/9/2005, 01:24

COLÔMBIA

Informações Gerais

Área total
1.141.815 km2

Moeda nacional
Peso

População (2004)

População
46.500.000

Com menos de 15 anos
28%

Com mais de 65 anos
7%

Crescimento anual
1,7%

Expectativa de vida
72 anos

Taxa de fertilidade
2 partos/mulher

Taxa de mortalidade
infantil 20,97/1.000
nascimentos vivos

Produção e Comércio (2004)

PIB
US$ 94.966.000.000

Crescimento
do PIB
3,8%

Livro Final Revisado 1000.pmd 113 22/9/2005, 01:24

PIB *per capita* (PPP)
US$ 6.280[1]

Formação bruta de Capital
15%[1] do PIB

Valor agregado da
Agricultura
2%[1] do PIB

Valor agregado da Indústria
29%[1] do PIB

Valor agregado de Serviços, etc.
58%[1] do PIB

Comércio de Bens
34%[1] do PIB

Comércio Exterior, porcentagem do PIB (2005)

Exportação de Bens
e Serviços
17%

Importação de Bens e
Serviços
16,79%[1]

Energia (2003)

Utilização Energética
625 kg de equivalente a óleo
per capita

Consumo de Energia Elétrica
817 kwh *per capita*

Comunicações (2002)

Assinantes de telefones
fixos e telefones celulares
286/1.000 pessoas

Computadores pessoais
49/1.000 pessoas

Uso da Internet
46/1.000 pessoas

[1] 2003

Livro Final Revisado 1000.pmd 114 22/9/2005, 01:24

Informações gerais
de cada país

Investimento e Finanças (2004)

Valor da dívida
US$ 39.571.000.000

Serviço da dívida
44% das exportações
de bens e serviços[1]

Investimento Direto
Estrangeiro, ingresso bruto
US$ 3.005.000.000

Inflação
(deflator do PIB)
5,5%

Educação (2002/03)

Taxa de alfabetização
masculina
acima de 15 anos
93,7%

Taxa de alfabetização
feminina
acima de 15 anos
94,6%

Relação aluno/professor no
nível primário
27

Gasto público
5,2% do PIB
(15,6% dos gastos totais)

Ciência e Tecnologia (2002/03)

Gasto público
0,21% do PIB
(2004)

Número de Pesquisadores
81/1 milhão
de habitantes

Emprego (2004)

[1] 2003

Livro Final Revisado 1000.pmd 115 22/9/2005, 01:24

Taxa de desemprego
14,2%

Condições Sociais (1999)

População com menos de
US$ 1 (1999 PPP) de
consumo diário
8%

Fontes:
Banco Mundial
Unesco – Institute for Statistics
United Nations Statistics Division
Corporación Andina de Fomento (CAF)
Banco de la República de Colombia
Ministerio de Comercio, Industria y Turismo
Departamento Nacional de Planeación
Ministerio de Minas y Energia

Livro Final Revisado 1000.pmd 116 22/9/2005, 01:24

EQUADOR

Informações Gerais

Área total
276.840 km2

Moeda nacional
Dólar norte-americano

População (2004)

População
12.400.000

Com menos de 15 anos
32%[1]

Com mais de 65 anos
17%[1]

Crescimento anual
2%[2]

Expectativa de vida
71 anos[2]

Taxa de fertilidade
3 partos/mulher[2]

Taxa de mortalidade infantil
24/1.000 nascimentos vivos[2]

Produção e Comércio (2004)

PIB
US$ 30.281.400.000

[1] 2005
[2] 2003

Livro Final Revisado 1000.pmd 117 22/9/2005, 01:24

Crescimento do PIB
6,6%

PIB *per capita* (PPP)
US$ 2,325

Formação bruta de Capital
28% do PIB

Valor agregado da Agricultura
7,13% do PIB

Valor agregado da Indústria
21,8% do PIB

Valor agregado de Serviços, etc.
51% do PIB

Comércio de Bens
13% do PIB

Comércio Exterior, porcentagem do PIB (2004)

Exportação de Bens e Serviços
25%

Importação de Bens e Serviços
26%

Energia (2002)

Utilização Energética
706 kg de equivalente a óleo
per capita

Consumo de Energia Elétrica
665 kwh *per capita*

Comunicações (2002)

Assinantes de telefones fixos
e telefones celulares
430/1.000 pessoas (jun/2005)

Computadores pessoais
31/1.000 pessoas

Uso da Internet
46/1.000 pessoas

Investimento e Finanças (2003)

Livro Final Revisado 1000.pmd 118 22/9/2005, 01:24

Informações gerais
de cada país

Valor da dívida
US$ 18.703.900.672

Serviço da dívida
18,8% das exportações
de bens e serviços

Investimento Direto
Estrangeiro, ingresso bruto
US$ 1.554.737.024

Inflação
(deflator do PIB)
1,9%[3]

Educação (2002/03)

Taxa de alfabetização
masculina acima de 15 anos
92,3%

Taxa de alfabetização
feminina acima de 15 anos
89,7%

Relação aluno/professor no
nível primário
24

Gasto público
1% do PIB (8% dos gastos
totais)

Ciência e Tecnologia (1998)

Gasto público
0,1% do PIB

Número de
Pesquisadores 84/um milhão
de habitantes

Emprego (2004)

Taxa de desemprego
11%

Condições Sociais (2003)

[3] 2004

Livro Final Revisado 1000.pmd 119 22/9/2005, 01:24

População com menos de
US$ 1 (1999 PPP)
de consumo diário
17,7 %

Fontes:
Banco Mundial
Unesco – Institute for Statistics
United Nations Statistics Division
Corporación Andina de Fomento (CAF)

Livro Final Revisado 1000.pmd 120 22/9/2005, 01:24

GUIANA

Informações Gerais

Área total
214.970 km2

Moeda nacional
Dólar

População (2003)

População
768.888

Com menos de 15 anos
29%[1]

Com mais de 65 anos
14%[1]

Crescimento anual
0%

Expectativa de vida
62 anos

Taxa de fertilidade
2 partos/mulher

Taxa de mortalidade infantil
52/1.000 nascimentos vivos

Produção e Comércio (2003)

PIB
US$ 741.971.776

[1] 2005

Livro Final Revisado 1000.pmd 121 22/9/2005, 01:24

Crescimento do PIB
1%

PIB *per capita* (PPP)
US$ 4.320

Formação bruta de Capital
20%[2] do PIB

Valor agregado da
Agricultura
31%[2] do PIB

Valor agregado da Indústria
29%[2] do PIB

Valor agregado de Serviços, etc.
41%[2] do PIB

Comércio de Bens
147% do PIB

Comércio Exterior, porcentagem do PIB (2002)

Exportação de Bens e
Serviços
93%

Importação de Bens e
Serviços
106%

Energia (2002)

Utilização Energética
nd[3]

Consumo de Energia Elétrica
nd

Comunicações (2002)

Assinantes de telefones fixos e
telefones celulares
191/1.000 pessoas

Computadores pessoais
27/1.000 pessoas

[2] 2002
[3] Não disponível

Livro Final Revisado 1000.pmd 122 22/9/2005, 01:24

Uso da Internet
142/1.000 pessoas

Investimento e Finanças (2003)

Valor da dívida
US$ 568.099.968

Serviço da dívida
8% das exportações
de bens e serviços

Investimento Direto
Estrangeiro, ingresso bruto
US$ 26.100.000

Inflação
(deflator do PIB)
5%

Educação (2002/03)

Taxa de alfabetização
masculina acima de 15 anos
nd

Taxa de alfabetização
feminina acima de 15 anos
nd

Relação aluno/professor no
nível primário
27

Gasto público
8,4% do PIB (18,4% dos
gastos totais)

Ciência e Tecnologia (2002/03)

Gasto público
nd

Número de Pesquisadores
nd

Emprego (2003)

Taxa de desemprego
nd

Livro Final Revisado 1000.pmd 123 22/9/2005, 01:24

Condições Sociais (1998)

População com menos
de US$ 1 (1999 PPP)
de consumo diário
3%

Fontes:
Banco Mundial
Unesco – Institute for Statistics
United Nations Statistics Division

Livro Final Revisado 1000.pmd 124 22/9/2005, 01:24

PARAGUAI

Informações Gerais

Área total
406.750 km2

Moeda nacional
Guarani

População (2003)

População
5.701.675 (2004)

Com menos de 15 anos
38%[1]

Com mais de 65 anos
11%[1]

Crescimento anual
2%

Expectativa de vida
71 anos

Taxa de fertilidade
4 partos/mulher

Taxa de mortalidade
infantil 25/1.000
nascimentos vivos

Produção e Comércio (2004)

[1] 2005

Livro Final Revisado 1000.pmd 125 22/9/2005, 01:24

PIB
US$ 6.730.811.000, dólares correntes a preços de mercado

Crescimento do PIB
4%

PIB *per capita* (PPP)
US$ 4.780[2]

Formação bruta de Capital
20% do PIB[2]

Valor agregado da Agricultura
23% do PIB

Valor agregado da Indústria
29,7% do PIB

Valor agregado de Serviços, etc.
47,3% do PIB

Comércio de Bens
63,5% do PIB

Comércio Exterior, porcentagem do PIB (2004)

Exportação de Bens e Serviços
33%

Importação de Bens e Serviços
44%

Energia (2002)

Utilização Energética
709 kg de equivalente a óleo *per capita*

Consumo de Energia Elétrica
842 kwh *per capita*

Comunicações (2002)

[2] 2003

Livro Final Revisado 1000.pmd 126 22/9/2005, 01:24

Informações gerais
de cada país

Assinantes de telefones fixos e telefones celulares
345/1.000 pessoas (2003)

Computadores pessoais
35/1.000 pessoas

Uso da Internet
17/1.000 pessoas

Investimento e Finanças (2004)

Valor da dívida
US$ 2.263.471.000 (saldo em julho de 2005)

Serviço da dívida
14,6% das exportações de bens e serviços

Investimento Direto Estrangeiro, ingresso bruto
US$ 92.500.000

Inflação
2,8%

Educação (2002/03)

Taxa de alfabetização masculina acima de 15 anos
94,4% (2003)

Taxa de alfabetização feminina acima de 15 anos
92,5% (2003)

Relação aluno/professor no nível primário
27

Gasto público
4,4% do PIB (11,4% dos gastos totais)

Ciência e Tecnologia (2002/03)

Gasto público
0,1% do PIB

Livro Final Revisado 1000.pmd 127 22/9/2005, 01:24

Número de Pesquisadores
83/1 milhão de habitantes

Emprego (2004)

Taxa de desemprego aberto
7,3%

Taxa de subemprego
24,1%

Condições Sociais (2002)

População com menos de
US$ 1 (1999 PPP) de
consumo diário
16%

Fontes:
Banco Mundial
Unesco – Institute for Statistics
United Nations Statistics Division
Banco Central del Paraguay Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos

Livro Final Revisado 1000.pmd 128 22/9/2005, 01:24

PERU

Informações Gerais

Área total
1.285.216 km2

Moeda nacional
Novo Sol

População (2004)

População
27.547.000

Com menos de 15 anos
32,7%[1]

Com mais de 65 anos
5,1%

Crescimento anual
1,5%

Expectativa de vida
70 anos

Taxa de fertilidade
3 partos/mulher

Taxa de mortalidade infantil
33,4/1.000 nascimentos vivos

Produção e Comércio (2004)

PIB
US$ 61.100.000.000

[1] 2005

Livro Final Revisado 1000.pmd 129 22/9/2005, 01:24

Crescimento do PIB
5,1%

PIB *per capita* (PPP)
US$ 4.770[2]

Formação bruta de Capital
19% do PIB

Valor agregado da Agricultura
8,4% do PIB

Valor agregado da Indústria
14,8% do PIB

Valor agregado de Serviços, etc.
60% do PIB

Comércio de Bens
14,3% do PIB

Comércio Exterior, porcentagem do PIB (2004)

Exportação de Bens e Serviços
18%

Importação de Bens e Serviços
14%

Energia (2002)

Utilização Energética
450 kg de equivalente a óleo *per capita*

Consumo de Energia Elétrica
723 kwh *per capita*

Comunicações (2002)

Assinantes de telefones fixos e telefones celulares
152/1.000 pessoas

Computadores pessoais
43/1.000 pessoas

[2] 2003

Livro Final Revisado 1000.pmd 130 22/9/2005, 01:24

Informações gerais
de cada país

Uso da Internet
93,5/1.000 pessoas[2]

Investimento e Finanças (2004)

Valor da dívida
US$ 31.028.000.000

Serviço da dívida
28% das exportações de bens e serviços

Investimento Direto Estrangeiro, ingresso bruto
US$ 1.377.246.976[2]

Inflação (deflator do PIB)
3,5%

Educação (2002/03)

Taxa de alfabetização masculina acima de 15 anos
93,5%

Taxa de alfabetização feminina acima de 15 anos
82,1%

Relação aluno/professor no nível primário
25

Gasto público
3% do PIB (17,1% dos gastos totais)

Ciência e Tecnologia (2002/03)

Gasto público
0,1% do PIB

Número de Pesquisadores
225/1 milhão de habitantes[3]

Emprego (2004)

[2] 2003
[3] 1997

Livro Final Revisado 1000.pmd 131 22/9/2005, 01:24

Taxa de desemprego – 9,4%

Condições Sociais (2000)

População com menos de US$ 1 (1999 PPP) de consumo diário – 18%

Fontes:
Banco Mundial
Unesco – Institute for Statistics
United Nations Statistics Division
Corporación Andina de Fomento (CAF)
Banco Central de Peru

Livro Final Revisado 1000.pmd 132 22/9/2005, 01:24

SURINAME

Informações Gerais

Área total
163.270 km2

Moeda nacional
Dólar Surinamês

População (2004)

População
487.025

Com menos de 15 anos
30%[1]

Com mais de 65 anos
8%[1]

Crescimento anual
1%

Expectativa de vida
69 anos

Taxa de fertilidade
2,6 partos/mulher

Taxa de mortalidade infantil
30/1.000 nascimentos vivos

Produção e Comércio (2004)

[1] 2005

Livro Final Revisado 1000.pmd 133 22/9/2005, 01:24

PIB
US$ 1.179.900.000
(estimativa 2005)

Crescimento do PIB
4,6%

PIB
per capita (PPP)
US$ 2.306

Formação bruta de Capital
23%[2] do PIB

Valor agregado da
Agricultura
7,5%[2] do PIB

Valor agregado da Indústria
20%[3] do PIB

Valor agregado de
Serviços, etc.
26,5%[2] do PIB

Comércio de Bens
98% do PIB

Comércio Exterior, porcentagem do PIB (estimativa 2005)

Exportação de Bens e Serviços
87%

Importação de Bens
e Serviços
78%

Energia (2002)

Utilização Energética
nd[3]

Consumo de Energia Elétrica
nd

Comunicações (2003)

[2] 2002
[3] Não disponível

Livro Final Revisado 1000.pmd 134 22/9/2005, 01:24

Assinantes de telefones fixos e telefones celulares
472/1.000 pessoas

Computadores pessoais
45/1.000 pessoas (2001)

Uso da Internet
44/1.000 pessoas

Investimento e Finanças (2003)

Valor da dívida
nd

Serviço da dívida
nd

Investimento Direto Estrangeiro, ingresso bruto
nd

Inflação (deflator do PIB)
8,5%[4]

Educação (2002/03)

Taxa de alfabetização masculina acima de 15 anos
92,3%

Taxa de alfabetização feminina acima de 15 anos
84,1%

Relação aluno/professor no nível primário
19

Gasto público
nd

Ciência e Tecnologia (2002/03)

Gasto público
nd

Número de Pesquisadores
nd

[4] Estimativa 2005

Livro Final Revisado 1000.pmd 135 22/9/2005, 01:24

Emprego (Estimativa 2003)

Taxa de desemprego
7%

Condições Sociais

População com menos de US$ 1 (1999 PPP) de consumo diário
nd

Fontes:
Banco Mundial
Unesco – Institute for Statistics
United Nations Statistics Division
The Economist Intelligence Unit Country Report (Suriname) – August 2003
Statistical Yearbook of Suriname (2003)
Escritório Geral de Estatísticas do Suriname – Censo de 2004
Human Development Report – 2005 (UNDP)

URUGUAI

Informações Gerais

Área total
176.220 km2

Moeda nacional
Peso

População (2005)

População
3.240.676

Com menos de 15 anos
24%

Com mais de 65 anos
35%

Crescimento anual
0,26%

Expectativa de vida
75 anos

Taxa de fertilidade
2 partos/mulher

Taxa de mortalidade infantil
15/1.000 nascimentos vivos

Produção e Comércio (2004)

PIB
US$ 13.216.000.000

Crescimento do PIB
13%

PIB *per capita* (PPP)
US$ 3.889,4

Livro Final Revisado 1000.pmd 137 22/9/2005, 01:24

Formação bruta de Capital
10% do PIB

Valor agregado da
Agricultura
12,2% do PIB

Valor agregado da Indústria
18,2% do PIB

Valor agregado de
Serviços, etc.
69,6% do PIB

Comércio de Bens
11,5% do PIB

Comércio Exterior, porcentagem do PIB (2004)

Exportação de Bens e
Serviços
30,32%

Importação de Bens
e Serviços
27,78%

Energia (2002)

Utilização Energética
747 kg de equivalente a óleo
per capita

Consumo de Energia Elétrica
1.739 kwh *per capita* (2003)

Comunicações (2002)

Assinantes de telefones fixos e
telefones celulares
472/1.000 pessoas

Computadores pessoais
110[1]/1.000 pessoas

[1] 2001

Livro Final Revisado 1000.pmd 138 22/9/2005, 01:24

Informações gerais
de cada país

Uso da Internet
119[2]/1.000 pessoas

Investimento e Finanças (2004)

Valor da dívida
US$ 13.340.000.000

Serviço da dívida
13,16% das exportações
de bens e serviços

Investimento Direto
Estrangeiro, ingresso bruto
US$ 310.700.000

Inflação (deflator do PIB)
7,59%

Educação (2002/03)

Taxa de alfabetização
masculina acima de 15 anos
97,3%

Taxa de alfabetização
feminina acima de 15 anos
98,1%

Relação aluno/professor no
nível primário
21

Gasto público
2,6% do PIB (9,6% dos
gastos totais)

Ciência e Tecnologia (2002/03)

Gasto público
0,3% do PIB

Número de Pesquisadores
370/1 milhão de habitantes

Emprego (2004)

Taxa de desemprego
12,1%

Livro Final Revisado 1000.pmd 139 22/9/2005, 01:24

Condições Sociais (2004)

População com menos de
US$1 de consumo diário
3,3%

Fontes:
Instituto Nacional de Estatística – Uruguay
Banco Mundial
Unesco – Institute for Statistics
United Nations Statistics Division

Livro Final Revisado 1000.pmd 140 22/9/2005, 01:24

VENEZUELA

Informações Gerais

Área total
916.455 km2

Moeda nacional
Bolivar

População (2004)

População
26.600.000

Com menos de 15 anos
31%[1]

Com mais de 65 anos
15%[1]

Crescimento anual
2%[2]

Expectativa de vida
74 anos[2]

Taxa de fertilidade
3 partos/mulher[2]

Taxa de mortalidade
infantil 18/1.000
nascimentos vivos[2]

Produção e Comércio (2004)

[1] 2005
[2] 2003

Livro Final Revisado 1000.pmd 141 22/9/2005, 01:24

PIB
US$ 106.800.000.000

Crescimento do PIB
18%

PIB *per capita* (PPP)
US$ 4.082

Formação bruta de Capital
9%[2] do PIB

Valor agregado da Agricultura
4%[2] do PIB

Valor agregado da Indústria
41%[2] do PIB

Valor agregado de Serviços, etc.
54%[2] do PIB

Comércio de Bens
39%[2] do PIB

Comércio Exterior, porcentagem do PIB (2003)

Exportação de Bens e Serviços
31%

Importação de Bens e Serviços
15%

Energia (2002)

Utilização Energética
2.141 kg de equivalente a óleo *per capita*

Consumo de Energia Elétrica
2.472 kwh *per capita*

Comunicações (2002)

Assinantes de telefones fixos e telefones celulares
369/1.000 pessoas

[2] 2003

Livro Final Revisado 1000.pmd 142 22/9/2005, 01:24

Informações gerais
de cada país

Computadores pessoais
61/1.000 pessoas

Uso da Internet
60[2]/1.000 pessoas

Investimento e Finanças (2003)

Valor da dívida
US$ 44.300.000.000
(2º trimestre 2005)

Serviço da dívida
30% das exportações
de bens e serviços

Investimento Direto
Estrangeiro, ingresso bruto
US$ 491.933.322[3]

Inflação (deflator do PIB)
19,2%[3]

Educação (2002/03)

Taxa de alfabetização
masculina acima de 15 anos
93,3%

Taxa de alfabetização
feminina acima de 15 anos
92,7%

Relação aluno/professor no
nível primário
nd

Gasto público
nd

Ciência e Tecnologia (2002/03)

Gasto público
0,4% do PIB

Número de Pesquisadores
222/1 milhão de habitantes

Emprego (2004)

[3] 2004

Livro Final Revisado 1000.pmd 143 22/9/2005, 01:24

Taxa de desemprego
13,9%

Condições Sociais (1998)

População com menos de
US$ 1 (1999 PPP) de
consumo diário
14%

Fontes:
Banco Mundial
Unesco – Institute for Statistics
United Nations Statistics Division
Superintendencia de Inversiones Externas de Venezuela
Banco Central de Venezuela
Corporación Andina de Fomento (CAF)

Livro Final Revisado 1000.pmd 144 22/9/2005, 01:24

Acordos, Projetos e Programas de Integração entre os Países da América do Sul

ACORDOS, PROJETOS E PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO ENTRE OS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL[1]

1. ARGENTINA - BOLÍVIA

Comércio (acordos tarifários, projetos de integração produtiva, promoção comercial etc.)

Protocolo para a Exportação de Banana da Bolívia para a República Argentina

3 de fevereiro de 2003

Acordo de Complementação Econômica nr 36, 11º Protocolo Adicional, assinados entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Estados partes do Mercosul, e a Bolívia

Entrada em Vigor:

25 de março de 2004

---

[1]Período coberto: 2003-2005. Este documento possui caráter preliminar e foi elaborado com base em informações iniciais obtidas pelas Embaixadas do Brasil na América do Sul, por divisões do Ministério das Relações Exteriores e por contribuições de Governos sul-americanos. Não pretende ser exaustivo e será atualizado e corrigido pela Secretaria Pro Tempore da Comunidade Sul Americana de Nações.

Livro Final Revisado 1000.pmd 147 22/9/2005, 01:24

Acordo de Alcance Parcial para a Promoção Econômica, Comercial e de Investimentos
21 de abril de 2004

Agenda de Trabalho Argentino-Boliviana
14 de outubro de 2004

Saúde
Convênio de Colaboração em Matéria de Saúde
22 de julho de 2004

Protocolo sobre Cooperação sobre Medidas Sanitárias y Fitossanitárias, adicional ao Acordo de Alcance Parcial para a Promoção Econômica, Comercial e de Investimentos
22 de julho de 2004

Segurança Pública
Memorando de Entendimento que estabelece o Comitê Permanente de Segurança Boliviano-Argentino
22 de julho de 2004

Fronteiras
Regulamento do Acordo sobre Controles Integrados de Fronteira
3 de fevereiro de 2003

Livro Final Revisado 1000.pmd 148 22/9/2005, 01:24

Meio Ambiente

Protocolo Adicional ao Tratado sobre Meio Ambiente
22 de julho de 2004

Movimentação de Pessoas

Segundo Protocolo Adicional ao Convênio de Migração de 16 de fevereiro de 1998
12 de dezembro de 2003

Acordo Migratório

21 de abril de 2004

Segurança Pública

Acordo para a Prevenção do uso indevido e repressão do tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas
26 de maio de 2003

Memorando de Entendimento sobre intercâmbio de informações sobre tráfico de armas
Outubro de 2003

Ciência e Tecnologia

Protocolo para a Pesquisa, Desenvolvimento e Geração de Tecnologia, adicional ao Acordo de Alcance Parcial para a Promoção Econômica, Comercial e de Investimentos
22 de julho de 2004

Livro Final Revisado 1000.pmd 149 22/9/2005, 01:24

Turismo

Protocolo para o Desenvolvimento, Fomento e Promoção do Turismo, adicional ao Acordo de Alcance Parcial para a Promoção Econômica, Comercial e de Investimentos
22 de julho de 2004

Memorando de Entendimento para a Realização do Encontro Político Empresarial Argentino-Boliviano para a Promoção Econômica, Comercial, de Investimentos e Turismo
20 de agosto de 2004

Encontro Político-Empresarial Argentino-Boliviano para a Promoção Econômica, Comercial, de Investimentos e Turismo
2 de julho de 2005

Integração na área de infra-estrutura (transportes, energia e comunicações)

Acordo sobre a Construção da Ponte Salvador Mazza-Yacuíba
19 de março de 2004

Convênio Temporário de Venda de Gás Natural
21 de abril de 2004

Carta de Intenções em Matéria Energética
22 de julho de 2004

Livro Final Revisado 1000.pmd 150 22/9/2005, 01:24

Memorando de Entendimento para a Complementação, Integração Energética e Econômica entre a República Argentina, a República da Bolívia e a República Oriental do Uruguai
Entrada em Vigor: *20 de agosto de 2004*

Protocolo para o Fornecimento de Gás Natural da República da Bolívia ao Gasoduto do Noroeste Argentino, adicional ao Acordo de Alcance Parcial sobre Integração Energética
14 de outubro de 2004

Outros Assuntos

Convênio para o Controle do Tráfico Ilícito de Entorpecentes, Substâncias Psicotrópicas e Delitos Conexos, Prevenção do Consumo, Reabilitação e Desenvolvimento Alternativo
6 de novembro de 2000
Entrada em Vigor: *13 de dezembro de 2003*

Memorando de Entendimento em Matéria de Mineração
3 de fevereiro de 2003

2. ARGENTINA - BRASIL

Comércio (acordos tarifários, projetos de integração produtiva, promoção comercial etc.)

Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias do Mercosul
Entrada em Vigor: *11 de abril de 2003*

Livro Final Revisado 1000.pmd 151 22/9/2005, 01:24

Memorando de Entendimento para a Criação da Comissão de Monitoramento do Comércio entre Argentina e Brasil
16 de outubro de 2003

Acordo por troca de notas que modifica o Acordo de Facilitação de Atividades Empresariais de 15 de fevereiro de 1996
Entrada em Vigor: *16 de outubro de 2003*

Inauguração do portal "Argentina Trade Net", com cooperação prestada pelo Brasil
Setembro de 2004

Acordo de Cooperação relativo à Cooperação entre as Autoridades de Defesa da Concorrência na Aplicação de Leis de Concorrência
16 de outubro de 2003

Temas Financeiros

Assinatura, pelos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Nestor Kirchner, do "Consenso de Buenos Aires", em que ambos os Presidentes se comprometem a instrumentar políticas públicas que alicercem o crescimento sustentável e a distribuição eqüitativa de seus benefícios, propiciando ordenamentos tributários e fiscais mais justos
16 de outubro de 2003

Cooperação Técnica

Ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para

Livro Final Revisado 1000.pmd 152 22/9/2005, 01:24

Criação do Instituto Social Argentino-Brasileiro
11 de abril de 2003

Acordo para a Criação do Instituto Social Argentino-Brasileiro
11 de abril de 2003

Acordo para Implementar o Sistema de Voto Eletrônico na Província de Buenos Aires
30 de julho de 2003

Acordo complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Sistema de Voto Eletrônico na província de Buenos Aires
18 de fevereiro de 2005

Educação e Cultura

Programa de incentivo para que os alunos que concluem o Curso de Mestrado em Diplomacia, do Instituto Rio Branco, possam pleitear remoção para as repartições brasileiras em Buenos Aires, a fim de realizarem cursos de Doutorado em universidades locais
Início do programa: *2003*
Instituição do Prêmio Binacional de Artes e Cultura
16 de outubro de 2003

Renovação do Acordo entre a Agência Nacional do Cinema

Livro Final Revisado 1000.pmd 153 22/9/2005, 01:24

(ANCINE) e o instituto Nacional do Cinema e Artes Audiovisuais (INCAA), que permite a distribuição de filmes de longa metragem entre ambos os países
23 de agosto de 2004

Defesa

Acordo de Cooperação entre as Autoridades de Defesa da Concorrência na Aplicação das Leis de Concorrência
16 de outubro de 2003

Segurança Pública

Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo Permanente de Intercâmbio de Informação sobre a Circulação e Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Relacionados
16 de outubro de 2003

Meio Ambiente

Acordo-Quadro sobre o meio Ambiente do Mercosul
Entrada em Vigor: *27 de novembro de 2003*

Fronteiras

Acordo para a Facilitação da Construção e Operação de Novas Travessias Rodoviárias sobre o Rio Uruguai
15 de dezembro de 2000
Entrada em Vigor: *6 de outubro de 2003*

Livro Final Revisado 1000.pmd 154 22/9/2005, 01:24

Acordos Consulares

Convênio sobre Assistência Consular aos Nacionais da outra Parte que se encontrem no Território de Estados nos quais não haja Representação Diplomática ou Consular de seu País
14 de agosto de 2001
Entrada em Vigor: *7 de outubro de 2003*

Acordo sobre Simplificação de Legalizações de Documentos Públicos
16 de outubro de 2003

Aduana

Acordo de Intercâmbio de Informações Tributárias e Aduaneiras
Abril de 2005

Ciência e Tecnologia

Protocolo Adicional ao Acordo Marco de Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia Espaciais relativo à Concessão de Reciprocidade na Aquisição de Equipamento para a Cooperação Espacial
14 de agosto de 2001
Entrada em Vigor: *6 de outubro de 2003*

Integração na área de infra-estrutura (transportes, energia e comunicações)

Memorando de Entendimento entre a Secretaria de Comunicações

Livro Final Revisado 1000.pmd 155 22/9/2005, 01:24

da República Argentina, a Comissão Nacional de Comunicações da República Argentina e a Agência Nacional de Telecomunicações da República Federativa do Brasil
14 de fevereiro de 2003

Acordo de Cooperação sobre o Estabelecimento da Petrosul
Maio de 2005

Auto-estrada do Mercosul (Belo Horizonte-Buenos Aires): iniciadas, em 2005, obras de recuperação da Rodovia Br-290, entre Osório e Ueruguaiana. Os estudos de pré-viabilidade da "Ruta 14" (Paso de Los Libres-Uruguaiana e Gualeguaychú), na Argentina, foram contratados.

Projeto de revitalização da ferrovia bioceânica que liga o Porto de Santos, no Brasil, a Antofagasta, no Chile. Projeto prevê a integração também com a rede Belgrano Cargas, do noroeste argentino.

Acordo para a Viabilização da Construção e Operação de Novas Travessias Rodoviárias sobre o Rio Uruguai
Assinado em *15 de dezembro de 2000*;
entrou em vigor em *6 de outubro de 2003*

Saúde

Protocolo de Intenções entre o Ministério da Saúde da República

Livro Final Revisado 1000.pmd 156 22/9/2005, 01:24

Federativa do Brasil e o Ministério da Saúde e Ambiente da República Argentina sobre Cooperação da Área da Saúde sobre Medicamentos
22 de agosto de 2005

Cooperação Judicial

Protocolo de Buenos Aires sobre Jurisdição Internacional em matéria Contratual entre Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai
Entrada em Vigor: *24 de dezembro de 2003*

Acordo por troca de notas complementar ao "Acordo de Cooperação para a Prevenção do Uso Indevido e Combate contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas", sobre Cooperação no Campo da Redução da Demanda de Entorpecentes nos Municípios Fronteiriços
30 de abril de 2004 / 5 de maio de 2004

Outros Assuntos

Acordo de Cooperação entre a Secretaria Especial de Direitos Humanos (Brasil) e o Arquivo Nacional da Memória da República Argentina para a troca de informações sobre mortos e desaparecidos políticos
Maio de 2005

Memorando de Entendimento sobre a participação de diplomata da Missão da Argentina em Nova York na delegação do Brasil

Livro Final Revisado 1000.pmd 157 22/9/2005, 01:24

no Conselho de Segurança, em 2004-2005, e participação de diplomata brasileiro na delegação da Argentina no Conselho de Segurança no biênio 2005-2006

Declaração sobre Água e Pobreza
16 de outubro de 2003

Consenso de Buenos Aires
16 de outubro de 2003

3. ARGENTINA - CHILE

Comércio (acordos tarifários, projetos de integração produtiva, promoção comercial etc.)
Protocolo modificativo do Convênio para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda, Lucros ou Benefícios e sobre o Capital e o Patrimônio
23 de abril de 2003

Acordo de Complementação Econômica nr. 35, 21º Protocolo Adicional, assinado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, estados partes do Mercosul, e o Chile
22 de setembro de 2004

Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional, assinado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Estados partes do

Livro Final Revisado 1000.pmd 158 22/9/2005, 01:24

Mercosul, e o Chile
23 de setembro de 2004

Cooperação Técnica
Ata Constitutiva da Comissão Mista Argentino-Chilena sobre a Cooperação em Matéria de Catástrofes
1º de março de 2005.

Saúde
Ata Complementar do Convênio de Cooperação em Matéria de Saúde (de 26 de abril de 1996)
14 de março de 2005

Educação e Cultura
Acordo sobre Coprodução Cinematográfica
16 de dezembro de 1994
Entrada em Vigor: *25 de setembro de 2003*

Memorando de Entendimento entre a Direção Nacional da Juventude do Ministério de Desenvolvimento Social da República Argentina e o Instituto Nacional da Juventude do Ministério de Planificação e Cooperação da República do Chile para a Integração e Cooperação das Juventudes de ambos os países
28 de abril de 2003

Acordo por troca de notas sobre o estabelecimento de um Grupo

Livro Final Revisado 1000.pmd 159 22/9/2005, 01:24

de Trabalho para analisar os Currículos Existentes em Ambos os Países em História e Geografia
14 de março de 2005

Protocolo Adicional ao Convênio de Cooperação Cultural (de 10 de abril de 1975) sobre o Reconhecimento Mútuo de Certificados, Títulos e Graus Acadêmicos de Educação Superior
14 de março de 2005

Convênio de Colaboração entre o Instituto Nacional de Cinema e Artes Audiovisuais da República Argentina e o Conselho Nacional da Cultura e Artes da República do Chile sobre o Fomento à Distribuição de Filmes de Longa Metragem
14 de março de 2005

Acordo por troca de notas que estabelece grupo de trabalho para enfatizar o estudo dos conteúdos de aprendizagem que contribuam para a promoção e o reforço de uma cultura de paz e de integração entre Argentina e Chile
14 de março de 2005

Dia da Amizade Chileno-Argentina (5 de abril, data escolhida por ambos Presidentes, corresponde ao abraço de seus libertadores San Martín e O'Higgins, "o abraço de Maipú"; esta data será comemorada nos institutos educacionais de ambos os países por meio de atividades reciprocamente orientadas à cultura

Livro Final Revisado 1000.pmd 160 22/9/2005, 01:24

e à história)
21 de julho de 2005

Acordos Consulares

Acordo por troca de notas sobre o "Sistema Timbre Digital".
15 de setembro/10 de novembro de 2004

Cooperação Judicial

Convênio para o Intercâmbio de Informação de Antecedentes Penais por Delitos de Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Substâncias Psicotrópicas e Lavagem de Ativos Associada a esses Delitos
14 de março de 2005

Acordo relativo ao intercâmbio dos instrumentos de ratificação do convênio sobre traslado de nacionais condenados e cumprimento de sentenças penais entre Chile e Argentina
14 de março de 2005

Ciência e Tecnologia

Acordo de Intercâmbio e Cooperação Científica e Tecnológica
28 de abril de 2003

Integração na área de infra-estrutura (transportes, energia e comunicações)
Protocolo para Uso Compartilhado por Empresas de Transporte

Livro Final Revisado 1000.pmd 161 22/9/2005, 01:24

Internacional Rodoviário que Operam na Banda de HF, adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 16 sobre o Reconhecimento Mútuo de Licenças, Permissões ou Autorizações de Estações de Radiocomunicações
17 de setembro de 2002
Entrada em Vigor: *5 de junho de 2003*

Estabelecimento de Grupo de Trabalho sobre Temas Energéticos
24 de abril de 2004

Fronteiras e Limites

Segundo Acordo Complementar ao Acordo sobre Coordenação de Abertura e Fechamento de Passos Fronteiriços
Firmado em *31 de outubro de 2002*; publicado no Diário Oficial (chileno) *em 13 de janeiro de 2003*

Memorando de Entendimento sobre o Controle Integrado de Fronteiras "Sistema Cristo Redentor"
Firmado em *15 de abril de 2003*

Temas Financeiros

Memorando de Entendimento entre as Autoridades Competentes do Chile e da Argentina concernente à cooperação no intercâmbio de informação financeira e conhecimentos com relação à Lavagem de Ativos
9 de dezembro de 2004

Livro Final Revisado 1000.pmd 162 22/9/2005, 01:24

Memorando de Entendimento entre os Ministérios de Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços da República Argentina e o Ministério da Economia e Energia da República do Chile
14 de março de 2005

Outros Assuntos
Projeto Mineiro "Pascua Lama" (Exploração de ouro e prata na Região do Atacama no Chile e na Província de San Juan na Argentina)
13 de agosto de 2004

Declaração Presidencial Conjunta sobre Direitos Humanos
14 de março de 2005

4. ARGENTINA - COLÔMBIA

Comércio (acordos tarifários, projetos de integração produtiva, promoção comercial etc.)
Acordo de Complementação Econômica # 48, assinado entre Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, países Membros da Comunidade Andina, e a Argentina

6º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica # 48, assinado entre Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, países Membros da Comunidade Andina, e a Argentina
30 de Junho de 2004

Livro Final Revisado 1000.pmd 163 22/9/2005, 01:24

Acordo de Complementação Econômica (AC-59), assinado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Estados partes do Mercosul, e Colômbia, Equador e Venezuela, Estados partes da Comunidade Andina, e o 1º Protocolo Adicional – Regime de Solução de Controvérsias
18 de outubro de 2004

Cooperação Técnica
Protocolo Complementar ao Convênio de Cooperação em Matéria de Prevenção do Uso Indevido de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas (de 28 de abril de 1988)
12 de outubro de 2000
Entrada em Vigor: *11 de janeiro de 2004*

5. ARGENTINA - EQUADOR

Comércio (acordos tarifários, projetos de integração produtiva, promoção comercial etc.)
Acordo de Complementação Econômica # 48, assinado entre Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, países Membros da Comunidade Andina, e a Argentina, 7º Protocolo Adicional

6º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica # 48, assinado Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, países Membros da Comunidade Andina, e a Argentina

Livro Final Revisado 1000.pmd 164 22/9/2005, 01:24

30 de Junho de 2004

Acordo de Complementação Econômica (AC-59), assinado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Estados partes do Mercosul, e Colômbia, Equador e Venezuela, Estados partes da Comunidade Andina, e o 1º Protocolo Adicional – Regime de Solução de Controvérsias
18 de outubro de 2004

6. ARGENTINA-GUIANA

Acordos Consulares
Acordo por troca de notas sobre Supressão de Vistos em Passaportes Ordinários
20 de maio de 2004

7. ARGENTINA-PARAGUAI

Comércio (acordos tarifários, projetos de integração produtiva, promoção comercial etc.)
Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias do Mercosul
Entrada em Vigor:
11 de abril de 2003

Acordos Consulares
Acordo para a Supressão da Legalização Consular nas Autorizações

Livro Final Revisado 1000.pmd 165 22/9/2005, 01:24

de Viagens de Menores de Idade
5 de setembro de 2001
Entrada em Vigor: *4 de abril de 2003*

Educação e Cultura
Ata Constitutiva do Movimento Argentino-Paraguaio de Promoção da Cultura na Região Compartilhada
24 de julho de 2004

Meio Ambiente
Acordo-Quadro sobre o Meio Ambiente do Mercosul
Entrada em Vigor: *27 de novembro de 2003*

Integração na área de infra-estrutura (transportes, energia e comunicações)
Memorando de Entendimento sobre a Entidade Binacional Yaciretá (elevação da cota da represa de Yaciretá)
17 de dezembro de 2003

Outros Assuntos
Protocolo de Buenos Aires sobre Jurisdição Internacional em matéria Contratual entre Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai
Entrada em Vigor: *24 de dezembro de 2003*

8. ARGENTINA - PERU

Livro Final Revisado 1000.pmd 166 22/9/2005, 01:24

Comércio (acordos tarifários, projetos de integração produtiva, promoção comercial etc.)

Acordo de Complementação Econômica # 48, assinado entre Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, países Membros da Comunidade Andina, e a Argentina

18 de dezembro de 2003

6º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica # 48, assinado entre Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, países Membros da Comunidade Andina, e a Argentina

30 de Junho de 2004

Cooperação Técnica

Acordo sobre Cooperação em Matéria de Desastres Naturais

11 de junho de 2004

Saúde

Convênio de Cooperação em Matéria de Saúde

19 de maio de 2003

Cooperação Judicial

Tratado de Extradição

11 de junho de 2004

Turismo

Convênio sobre Cooperação e Desenvolvimento Sustentável do

Livro Final Revisado 1000.pmd 167 22/9/2005, 01:24

Turismo
Assinatura: *Lima, 7 de setembro de 2001*
21 de novembro de 2003

9. ARGENTINA - URUGUAI

Comércio (acordos tarifários, projetos de integração produtiva, promoção comercial etc.)
Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias do Mercosul
11 de abril de 2003

Memorando de Entendimento para a Complementação, Integração Energética e Econômica entre Argentina, Bolívia e Uruguai
20 de agosto de 2004

Protocolo de Montevidéu sobre Comércio de Serviços do Mercosul
20 de dezembro de 2004

Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional, entre Mercosul, Bolívia e Chile
23 de setembro de 2004

Acordo de Complementação Econômica Nr.59 entre Mercosul e CAN
18 de outubro de 2004

Livro Final Revisado 1000.pmd 168 22/9/2005, 01:24

Educação e Cultura

Acordo sobre Coprodução Cinematográfica
18 de agosto de 1999
Entrada em vigor: *9 de abril de 2003*

Movimentação de Pessoas

Acordo por troca de notas que estabelece um Grupo de Trabalho para Redigir um Projeto de Acordo Migratório
2 de março de 2005

Meio Ambiente

Acordo-Quadro sobre o Meio Ambiente do Mercosul
27 de novembro de 2003

Outros Assuntos

Protocolo de Buenos Aires sobre Jurisdição Internacional em matéria Contratual entre Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai
24 de dezembro de 2003

Acordo por troca de notas sobre o Número de Delegados por País na Comissão Técnica Mista de Salto Grande
22 de junho de 2005

10. ARGENTINA - VENEZUELA

Comércio (acordos tarifários, projetos de integração produtiva,

Livro Final Revisado 1000.pmd 169 22/9/2005, 01:24

promoção comercial etc.)

Protocolo Adicional para Atualizar o Convênio Básico sobre Cooperação Econômica, Industrial, Tecnológica e Comercial
19 de agosto de 2003

Acordo de Complementação Económica # 48, assinado entre Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, países Membros da Comunidade Andina, e a Argentina
18 de dezembro de 2003

6º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Económica # 48, assinado entre Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, países Membros da Comunidade Andina, e a Argentina
30 de junho de 2004

Declaração de Porlamar sobre a Criação do Foro de Integração Argentino-Venezuelano (FIVA)
23 de julho de 2004

Acordo de Complementação Econômica (ACE-59), assinado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Estados partes do Mercosul, e Colômbia, Equador e Venezuela, Estados partes da Comunidade Andina, e o 1º Protocolo Adicional – Regime de Solução de Controvérsias
18 de outubro de 2004

Livro Final Revisado 1000.pmd 170 22/9/2005, 01:24

Temas Financeiros

Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação Financeira
21 de julho de 2004

Addendum N° 1 ao Convenio Integral de Cooperação entre a República Argentina e a República Bolivariana da Venezuela
23 de julho de 2004

Addendum N° 2 ao Convênio Integral de Cooperação entre a República Argentina e a República Bolivariana da Venezuela
23 de julho de 2004

Compra, pela Venezuela, de 500 milhões de dólares em títulos públicos argentinos
2005

Cooperação Técnica

Convênio Integral de Cooperação
6 de abril de 2004

Convênio de Cooperação Integral para o Desenvolvimento Social
11 de agosto de 2005

Saúde

Carta de Intenção para Avaliar a Instalação de Centros ou

Livro Final Revisado 1000.pmd 171 22/9/2005, 01:24

Módulos de Medicina Nuclear de Origem Argentina na República Bolivariana de Venezuela
19 de agosto de 2003

Esportes

Convênio de Cooperação Desportiva entre a Secretaria de Turismo e Esportes da República Argentina e o Instituto Nacional de Desportes da República Bolivariana de Venezuela
19 de agosto de 2003

Agricultura

Carta de Intenção para a Modernização e Fornecimento de Implementos, Maquinaria e Tecnologia Agroindustrial e Alimentícia
19 de agosto de 2003

Carta de Intenção em Matéria de Produtos Agroalimentários Básicos
19 de agosto de 2003

Integração na área de infra-estrutura (transportes, energia e comunicações)

Acordo de cooperação sobre o Estabelecimento da Petrosul
maio de 2005

Acordo para a criação da TELESUR
1º de fevereiro de 2005

Livro Final Revisado 1000.pmd 172 22/9/2005, 01:24

11. BOLÍVIA - BRASIL

Integração na área de infra-estrutura (transportes, energia e comunicações)

Construção de hidrelétrica binacional e de hidrelétrica em Cachuela Esperanza, no rio Beni, do lado boliviano.

Construção, pelos consórcios ARG-Camargo Correa e Odebrecht-IASA, de dois trechos da estrada Santa Cruz-Puerto Suárez.

Crédito para a construção de dois trechos da rodovia Santa Cruz-Puerto Suárez
2004

Pólo Gás Químico Binacional, anteprojeto da Comissão Executiva Binacional
Julho de 2004

Acordo para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Acre, nas proximidades das cidades de Brasiléia e Cobija
Assinado em *28 de abril de 2003*; entrada em vigor em *24 de junho de 2004*

Cooperação Técnica

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica para Implementação do Projeto de

Livro Final Revisado 1000.pmd 173 22/9/2005, 01:24

Manejo de Fauna Silvestre
18 de novembro de 2003

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica para Implementação do Projeto Sistema Eletrônico de Contratações Estatais
28 de abril de 2003

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica para Implementação do Projeto Apoio ao Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa
18 de novembro de 2003

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica para Implementação do Projeto Estruturação do Centro de Referência para Queimados em La Paz
18 de novembro de 2003

Meio Ambiente
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica para Implementação do Projeto Legislação dos Recursos Hídricos
28 de abril de 2003

Agricultura
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica,

Livro Final Revisado 1000.pmd 174 22/9/2005, 01:24

Científica e Tecnológica para Implementação do Projeto de Transferência de Tecnologia no Cultivo e Processamento de Frutas Tropicais em Chapare e em Yungas de La Paz
18 de novembro de 2003

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica para Implementação do Projeto de Transferência de Tecnologia no Cultivo do Palmito (Bactris Gasipaes) em Chapare
18 de novembro de 2003

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica para Implementação do Projeto de Transferência de Tecnologia Para Apoiar a Competitividade do Circuito Produtivo do Café na Região de Yungas
18 de novembro de 2003

Saúde

Memorando de Entendimento no Âmbito do Programa de Cooperação Internacional do Ministério da Saúde do Brasil
29 de agosto de 2003

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica para Implementação do Projeto Prevenção e Controle de Doenças Sexualmente Transmissíveis, Vírus de Deficiência Imunológica Humana e a Síndrome da Imunodeficiência

Livro Final Revisado 1000.pmd 175 22/9/2005, 01:24

Adquirida (DST/HIV/AIDS)
28 de abril de 2003

Comércio

Memorando de Entendimento para Promoção do Comércio e do Investimento
18 de novembro de 2003

Primeira Reunião do Grupo Executivo de Trabalho Bolívia-Brasil para a promoção do comércio e de investimentos
Março de 2004

Fronteiras

Reuniões dos Comitês de Fronteiras: Cohija-Brasiléia; Guayamerín-Guajará Mirim; San Matía-Cáceres; Puerto Suárez-Corumbá (*2003-2004-2005*)

Movimentação de Pessoas

Acordo sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito dos Nacionais da Bolivia e do Brasil nos Territórios brasileiro e boliviano
8 de julho de 2004

Acordo para a Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Bolivianos
8 de julho de 2004

Livro Final Revisado 1000.pmd 176 22/9/2005, 01:24

Acordo sobre Regularização Migratória
15 de agosto de 2005

Cooperação Judicial
Acordo para a Restituição de Veículos Automotores Roubados ou Furtados
28 de abril de 2003

Outros assuntos
Contrato de Reestruturação de Dívida
8 de julho de 2004

12. BOLÍVIA - CHILE

Fronteiras
Convênio sobre Controles Integrados de Fronteira
17 de fevereiro de 2004

Acordos Consulares
Acordo de Supressão de Passaportes para Chilenos e Bolivianos que Viajam por Razões de Turismo
18 de julho de 2005

Cooperação Judicial
Tratado de Transferência de Pessoas Condenadas
4 de outubro de 2004

Livro Final Revisado 1000.pmd 177 22/9/2005, 01:24

Integração física

Projeto de construção da Rodovia Cañada Oruro-Villamontes-Tarija-Estación Avaroa

Projeto de Construção da Rodovia Toledo-Pisiga

Aduanas

Protocolo 14 ao Acordo de Cooperação e Intercâmbio de Informação em Matéria Aduaneira

17 de fevereiro de 2004

13. BOLÍVIA - COLOMBIA

Comércio (acordos tarifários, projetos de integração produtiva, promoção comercial etc.)

Memorando de Entendimento para a Cooperação em Matéria de Comercialização de Produtos Provenientes do Desenvolvimento Alternativo

29 de novembro de 2004

Memorando de Entendimento para a Promoção Econômica, Investimento, Intercâmbio Comercial, Apoio à Transferência de Tecnologia e Fortalecimento da Integração Binacional

2004

Cooperação Técnica

Livro Final Revisado 1000.pmd 178 22/9/2005, 01:24

Acordo de Cooperação Institucional para a Assistência Técnica entre a PROEXPORT, da Colômbia, e a CEPROBOL, da Bolívia
2004

Memorando de Entendimento entre "Artesanato de Colombia" e o Instituto Boliviano da Pequena Indústria e Artesanato para o Fomento da Cooperação em Matéria de Artesanato
2004

Convênio de Cooperação institucional entre o Ministério de Comércio, Indústria e Turismo da Colômbia e o Ministério de Desenvolvimento Econômico da Bolívia – Unidade de Produtividade e Competitividade
2004

14. BOLÍVIA - EQUADOR

Acordos Consulares

Acordo sobre Trabalho Remunerado para Familiares e Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico
30 de setembro de 2003

15. BOLÍVIA - PARAGUAI

Comércio (acordos tarifários, projetos de integração produtiva, promoção comercial etc.)

Livro Final Revisado 1000.pmd 179 22/9/2005, 01:24

Acordo de Complementação Econômica nr 36, 11º Protocolo Adicional, assinados entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Estados partes do Mercosul, e a Bolívia
25 de março de 2004

Memorando Operativo para a Dinamização das Relações Econômico-Comerciais
16 de abril de 2004

Acordo Institucional de Assistência e Cooperação Mútua em Assuntos Aduaneiros
25 de abril de 2005

Educação e Cultura

Convênio para a Recuperação de Bens Culturais e Outros Específicos Roubados, Importados ou Exportados Ilicitamente
16 de abril de 2004

Fronteiras

Acordo Institucional de Assistência e Cooperação Mútua em Assuntos Aduaneiros
Abril de 2005

Asfaltamento da passagem de fronteira Cañada Oruro- Infante Rivarola e estudo para o desenho de infra- estrutura que permita

Livro Final Revisado 1000.pmd 180 22/9/2005, 01:24

a instalação de um Centro de Fronteira com controles integrados de aduanas.

16. BOLÍVIA - PERU

Comércio (acordos tarifários, projetos de integração produtiva, promoção comercial etc.)

Tratado Geral de Integração e Cooperação Econômica e Social para Conformação de Mercado Comum
3 de agosto de 2004

Acordo para Desgravação de Produtos Bolivianos, incluídos no anexo VII da Decisão nº 414 da Comissão da CAN
4 de agosto de 2004

Fronteiras

Memorando de Entendimento para Integração, Cooperação Social e Preservação de Recursos Naturais em Zonas de Fronteira
27 de agosto de 2003

Acordo de Cooperação em benefício do Município Boliviano de "El Alto"
5 de março de 2004

Acordo Específico para o "Centro Binacional de Apoio

Livro Final Revisado 1000.pmd 181 22/9/2005, 01:24

Fronteiriço" (CEBAF)
28 de janeiro de 2005

Meio Ambiente

Acordo para a criação de Unidade de Biodiversidade subordinada à "Autoridad Binacional del Lago Titicaca", conforme recomendação do Comitê Gestor do "Proyecto de Conservación de la Biodiversidad del Sistema Cuenca del lago Titicaca, río Desaguadero, lago Poopó y Salar de Coipasa" (T.D.P.S.)
2 de julho de 2003

Memorando de Entendimento para Apoiar a Integração de seus Respectivos Territórios e Habitantes assim como a Preservação dos Recursos Naturais em suas Zonas Fronteiriças
27 de agosto de 2003

Assuntos Consulares

Acordo que autoriza o livre exercício de atividades remuneradas por familiares dependentes de membros das missões diplomáticas e consulares, em missão oficial
30 de julho de 2004

Cooperação Judicial

Tratado de Extradição
27 de agosto de 2003

Livro Final Revisado 1000.pmd 182 22/9/2005, 01:24

Integração na área de infra-estrutura (transportes, energia e comunicações)

Carta de intenções para Complementação Energética
4 de agosto de 2004

Memorando de Entendimento para a Complementação, Integração Energética e Econômica entre a República Argentina, a República da Bolívia e a República Oriental do Uruguai
20 de agosto de 2004

Ampliação do projeto rodovia Tarija – Bermejo, trecho La Mamona-Emborozu

Outros Assuntos

Acordo de Integração e Complementação Mineira
15 de setembro de 2003

Acordo-Marco de Cooperação e Ajuda Mútua no Campo da Avaliação de Risco, Prevenção e Atuação em caso de Desastres Naturais
27 de agosto de 2003

17. BOLÍVIA - URUGUAI

Comércio (acordos tarifários, projetos de integração produtiva, promoção comercial etc.)

Livro Final Revisado 1000.pmd 183 22/9/2005, 01:24

Acordo de Complementação Econômica nr 36, 11º Protocolo Adicional, assinados entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Estados partes do Mercosul, e a Bolívia
25 de março de 2004

Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional, assinado entre Mercosul, Bolívia e Chile
23 de setembro de 2004

Integração na área de infra-estrutura (transportes, energia e comunicações)
Memorando de Entendimento para a Complementação, Integração Energética e Econômica entre a República da Bolívia, a República Argentina e a República Oriental do Uruguai
20 de agosto de 2004

Memorando de Entendimento para a Complementação Energética e Econômica entre a República da Bolívia e a República Oriental do Uruguai
20 de agosto de 2004

18. BOLÍVIA-VENEZUELA

Integração na área de infra-estrutura (transportes, energia e comunicações)

Livro Final Revisado 1000.pmd 184 22/9/2005, 01:24

Convênio de Cooperação Energética
7 de maio de 2004

Acordo de Cooperação Energética
9 de dezembro de 2004

19. BRASIL - CHILE

Comércio (acordos tarifários, projetos de integração produtiva, promoção comercial etc.)
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação ao Imposto sobre a Renda
Entrada em vigor: *24 de julho de 2003*

Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e dos Investimentos
23 de agosto de 2004

Memorando de Entendimento
(isenção de PIS e COFINS para empresas de transportes)
18 de novembro de 2004

Ciência e Tecnologia
Memorando de Entendimento entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e o Instituto de Investigações Agropecuárias do Chile
23 de agosto de 2004

Livro Final Revisado 1000.pmd 185 22/9/2005, 01:24

Integração Física e Infraestrutura (transportes, energia, comunicações etc.)

Emenda, por troca de Notas, ao Acordo sobre Transportes Aéreos, de *04/07/1947*

4 de julho de 1947

Entrada em Vigor: *22 de junho de 2004*

Projeto de revitalização do Corredor Bioceânico Antofagasta-Santos

Outros Assuntos

Plano de Ação Conjunta Brasil-Chile

23 de agosto de 2004

Memorando de Entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil e o Ministério de Planejamento e Cooperação do Chile

23 de agosto de 2004

20. BRASIL - COLÔMBIA

Comércio (acordos tarifários, projetos de integração produtiva, promoção comercial etc.)

Acordo de Complementação Económica # 39, assinado entre Colômbia, Equador, Venezuela e Peru, países Membros da Comunidade Andina, e o Brasil

18 de dezembro de 2003

Livro Final Revisado 1000.pmd 186 22/9/2005, 01:24

Acordo de Complementação Econômica (AC-59), assinado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Estados partes do Mercosul, e Colômbia, Equador e Venezuela, Estados partes da Comunidade Andina, e o 1º Protocolo Adicional – Regime de Solução de Controvérsias
18 de outubro de 2004

Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e dos Investimentos entre o Brasil e a Colômbia
27 de junho de 2005

Cooperação Técnica

Ajuste para a Implementação do Projeto "Atenção e Tratamento de Pessoas vivendo com VIH/SIDA na Colômbia", complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica
17 de outubro de 2003

Educação e Cultura

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores da República da Colômbia sobre cooperação entre as Academias Diplomáticas do Brasil (Instituto Rio Branco) e da Colômbia (San Carlos)
27 de junho de 2005

Fronteiras

Livro Final Revisado 1000.pmd 187 22/9/2005, 01:24

Memorando de Entendimento para o ensino dos idiomas Português e Espanhol na região fronteiriça
27 de junho de 2005

Saúde

Ajuste Complementar, por troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 13 de dezembro de 1972, para Saúde na Fronteira
Assinado em *7 de março de 2003*; entrada em vigor em *22 de março de 2005*

Defesa

Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa da República da Colômbia sobre Cooperação em Matéria de Defesa
20 de junho de 2003

Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa Nacional da República da Colômbia, o Ministério de Defesa e o Ministério de Justiça da República Federativa do Brasil, e o Ministério de Defesa da República do Peru para combater as atividades ilícitas nos rios fronteiriços e/ou comuns
11 de fevereiro de 2004

Segurança Pública

Livro Final Revisado 1000.pmd 188 22/9/2005, 01:24

Acordo por troca de notas para constituir um Grupo de Trabalho Bilateral para a Repressão da Criminalidade e do Terrorismo
26 de junho de 2003

Integração na área de infra-estrutura (transportes, energia e comunicações)
Hidrovia Meta-Orinoco

Autoestrada Pasto-Moncoa.

21. BRASIL - EQUADOR

Comércio (acordos tarifários, projetos de integração produtiva, promoção comercial etc.)
Acordo de Complementação Econômica # 39, assinado entre Colômbia, Equador, Venezuela e Peru, países Membros da Comunidade Andina, e o Brasil

Acordo de Complementação Econômica (AC-59), assinado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Estados partes do Mercosul, e Colômbia, Equador e Venezuela, Estados partes da Comunidade Andina, e o 1º Protocolo Adicional – Regime de Solução de Controvérsias
18 de outubro de 2004

Integração na área de infra-estrutura (transportes, energia e

Livro Final Revisado 1000.pmd 189 22/9/2005, 01:24

comunicações)
Hidrelétrica San Francisco.

Projeto para fornecimento de água potável à península de Santa Elena

Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Setor de Energia
25 de agosto de 2004

Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Setor de Telecomunicações
25 de agosto de 2004

Educação e Cultura
Protocolo de Intenções na Área da Educação
27 de maio de 2003

Saúde
Protocolo de Intenções na Área de Saúde
6 de maio de 2004

Memorando de Entendimento sobre Cooperação para a Implementação de Banco de Leite Humano
25 de agosto de 2004

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica

Livro Final Revisado 1000.pmd 190 22/9/2005, 01:24

para a Implementação do Projeto Intercâmbio para Fortalecimento dos Sistemas Nacionais de Saúde do Brasil e do Equador
25 de agosto de 2004

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para a Implementação do Projeto "Fortalecimento da Capacidade de resposta do Programa de Prevenção e Controle de Doenças Sexualmente Transmissíveis, Vírus de Deficiência Imunológica Humana e Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (DST/HIV/AIDS)"
27 de maio de 2003

Outros assuntos

Protocolo de Intenções na Área de Distribuição de Benefícios Sociais, com Uso de Cartão Magnético
27 de maio de 2003

Memorando de Entendimento sobre Políticas Sociais no Âmbito do Programa de Cooperação Técnica
27 de maio de 2003

22. BRASIL - GUIANA

Educação e Cultura

Programa Executivo na Área de Educação
15 de fevereiro de 2005

Livro Final Revisado 1000.pmd 191 22/9/2005, 01:24

Acordo de Cooperação entre os Institutos Diplomáticos de Ambos os Países
15 de fevereiro de 2005

Cooperação Técnica
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para a Implementação do Projeto Gestão de Base de Dados de Produção de Gado Leiteiro e Vigilância de Doenças na Guiana
30 de julho de 2003

Saúde
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, que estabeleceu Comissão Bilateral de Saúde Fronteiriça
15 de fevereiro de 2005

Integração na área de infra-estrutura (transportes, energia e comunicações)
Interconexão viária entre Boa Vista e Goergetown. Trecho brasileiro (BR 401), entre Boa Vista e Bonfim.

Ponte sobre o rio Takutu (projeto inserido na interconexão viária Boa Vista-Georgetown.)

Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas

Livro Final Revisado 1000.pmd 192 22/9/2005, 01:24

Assinado em *7 de fevereiro de 2003*; entrada em vigor em *13 de junho de 2005*

Assuntos Consulares

Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos
30 de julho de 2003

23. BRASIL - PARAGUAI

Temas Financeiros

Protocolo de Cooperação entre o Banco Central do Brasil e a Superintendência de Bancos do Banco Central do Paraguai
1º de dezembro de 2003

Cooperação Técnica

Acordo Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica na Área de Formação e Capacitação Profissional (Fase II do Projeto Hernandárias)
22 de outubro de 2004

Educação e Cultura

Protocolo de Intenções para a Implantação do Projeto Bolsa Escola no Perímetro de Atuação da Itaipu Binacional
16 de agosto de 2003

Saúde

Livro Final Revisado 1000.pmd 193 22/9/2005, 01:24

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, para a Implementação do Projeto Assistência e Tratamento a Pessoas Portadoras de AIDS
14 de outubro de 2003

Fronteiras
Plano de Contingência para a Região de Foz do Iguaçu-Ciudad del Este
1º de abril de 2005

Cooperação Judicial
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Grupo Bilateral de Inteligência Brasil-Paraguai na Esfera da Pirataria, da Falsificação e do Contrabando de Produtos Pirateados e Falsificados
20 de junho de 2005

Meio Ambiente
Acordo por Troca de Notas relativo à incorporação, pelo Brasil e pelo Paraguai, dos conceitos de responsabilidade social e ambiental ao planejamento das atividades de Itaipu Binacional
31 de março de 2005

Agricultura
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área do Desenvolvimento Agrário
29 de março de 2004

Livro Final Revisado 1000.pmd 194 22/9/2005, 01:24

Integração na área de infra-estrutura (transportes, energia e comunicações)

Expansão da Ruta 10, entre os municípios de San Estanislao e Tacuará/Katueté. A conclusão está prevista para o final de *2005*.

Memorando de Entendimento para a Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Paraná, que ligará Foz do Iguaçú a Presidente Franco

14 de outubro de 2003

24. BRASIL - PERU

Comércio (acordos tarifários, projetos de integração produtiva, promoção comercial etc.)

Memorando de Entendimento sobre Integração Física e Econômica

25 de agosto de 2003

Memorando de Entendimento sobre Promoção da Pesca

26 de agosto de 2003

Acordo de Complementação Econômica # 39, assinado entre Colômbia, Equador, Venezuela e Peru, países Membros da Comunidade Andina e o Brasil

18 de dezembro de 2003

Livro Final Revisado 1000.pmd 195 22/9/2005, 01:24

Cooperação Técnica

Programa de Trabalho para a Área de Cooperação Técnica (Ata da IV Reunião do Grupo de Trabalho bilateral sobre cooperação técnica).
24 de junho de 2003

Acordo complementar ao Acordo Básico de cooperação técnica e científica para implementação de projeto de fortalecimento institucional de entidades peruanas prestadoras de serviços de saneamento - tratamento de águas residuais, lodos e esgoto sanitário
24 de junho de 2003; entrou em vigor em *18 de julho de 2003*

Acordo complementar ao Acordo Básico de cooperação técnica e científica para implementação de projeto de controle da raiva silvestre
24 de junho de 2003; entrou em vigor em *18 de julho de 2003*

Acordo complementar ao Acordo Básico de cooperação técnica e científica para a implementação de projeto de aprimoramento de serviços de defesa zoosanitária e diagnóstico veterinário
24 de junho de 2003; entrou em vigor em *18 de julho de 2003*

Educação e Cultura

Programa Executivo Cultural e Educacional para o quadriênio 2004-2007
21 de novembro de 2003

Livro Final Revisado 1000.pmd 196 22/9/2005, 01:24

Saúde

Acordo Complementar ao Acordo básico de cooperação técnica para implementação do projeto "Prevenção e controle de doenças sexualmente transmissíveis, vírus da deficiência imunológica humana e síndrome da imunodeficiência adquirida (VIH/SIDA) no Peru";
25 de agosto de 2003

Defesa

Memorando de Entendimento sobre cooperação em matéria de vigilância e proteção da Amazônia
25 de agosto de 2003

Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa Nacional da República da Colômbia, o Ministério de Defesa e o Ministério de Justiça da República Federativa do Brasil, e o Ministério de Defesa da República do Peru para combater as atividades ilícitas nos rios fronteiriços e/ou comuns
11 de fevereiro de 2004

Fronteiras

Acordo substitutivo do Acordo (de 11 de abril de 2003) para a construção de ponte sobre o rio Acre, entre as cidades de Assis Brasil e Iñapari
30 de setembro de 2003; entrou em vigor em *15 de maio de 2004*

Livro Final Revisado 1000.pmd 197 22/9/2005, 01:24

Meio Ambiente

Acordo Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para a Implementação de Projeto de Recuperação Ambiental da Região de Huaypetue
25 de agosto de 2003; entrou em vigor em *16 de fevereiro de 2004*

Protocolo para a implementação de sistema de prevenção e controle de incêndios florestais
25 de agosto de 2003; entrou em vigor em *19 de outubro de 2004*

Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica na Área de Recursos Naturais e Meio Ambiente
20 de agosto de 2004

Acordo de Cooperação para a Conservação e o Uso Sustentável da Flora e da Fauna Silvestres dos Territórios Amazônicos
25 de agosto de 2003

Movimentação de Pessoas

Acordo sobre facilidades de ingresso e trânsito de nacionais brasileiros e peruanos nos territórios dos dois países
10 de fevereiro de 2004; entrou em vigor em *15 de setembro de 2005*

Acordos Consulares

Acordo sobre trabalho remunerado para familiares dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico de

Livro Final Revisado 1000.pmd 198 22/9/2005, 01:24

Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Representações Permanentes perante Organizações Internacionais
10 de fevereiro de 2004

Cooperação Judicial
Tratado de Extradição
25 de agosto de 2003

Acordo sobre Transferência de Presos
25 de agosto de 2003

Integração na área de infra-estrutura (transportes, energia e comunicações)

Memorando de Entendimento de Cooperação Técnica na Área de Serviços Postais para Pequenas e Micro Empresas
9 de dezembro de 2004

Protocolo de Intenções sobre "Roaming" Internacional
9 de dezembro de 2004

Interconexão viária entre Assis Brasil, no Acre, e os portos marítimos peruanos de Ilo, Mararani e San Juán (trecho da estrada interoceânica).

Ponte Assis Brasil – Iñapari.

Livro Final Revisado 1000.pmd 199 22/9/2005, 01:24

Agosto de 2004.

Rodovia Paita-Yurimáguas, trecho da Rodovia Bioceânica.

25. BRASIL - SURINAME

Comercial

Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica Nr. 41
21 de abril de 2005

Acordo de Alcance Parcial Para a Exportação de Arroz do Suriname para o Brasil
21 de abril de 2005

Saúde

Protocolo de Intenções em Matéria de Saúde
16 de fevereiro de 2005

Educação

Programa de Educação Executivo

Cooperação Judicial

Acordo de Extradição
21 de dezembro de 2004

Tratado sobre Cooperação Jurídica em Matéria Penal

Livro Final Revisado 1000.pmd 200 22/9/2005, 01:24

16 de fevereiro de 2005

Tratado sobre a Transferência de Pessoas Condenadas
16 de fevereiro de 2005

Movimentação de Pessoas

Acordo sobre Regularização Migratória
21 de dezembro de 2004

Ajuste complementar ao Acordo sobre Regularização Migratória
16 de fevereiro de 2005

Agricultura

Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Pesquisa Agrícola
16 de fevereiro de 2005

Outros Assuntos

Memorando de Entendimento para o estabelecimento de um Mecanismo de Consulta Política
16 de fevereiro de 2005

Projeto de Cooperação para Redução dos Impactos Negativos de Mineração de Pequeno Porte no Interior do Suriname

26. BRASIL - URUGUAI

Livro Final Revisado 1000.pmd 201 22/9/2005, 01:24

Comércio (acordos tarifários, projetos de integração produtiva, promoção comercial, etc.)

Protocolo de Olivos para Solução de Controvérsias no Mercosul

11 de abril de 2003 (data de vigência)

Integração na área de infra-estrutura (transportes, energia e comunicações)

Termelétrica de San José.

Cooperação Técnica

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Técnica sobre Atividades de Cooperação entre a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul e o Escritório de Planejamento e Orçamento da Presidência da República Oriental do Uruguai.

Assinado em *24 de junho de 2003*

Acordo, Por Troca de Notas, para o Estabelecimento de uma Comissão Binacional de Cooperação Técnica

1º de abril de 2005

Cooperação Judicial

Protocolo de Buenos Aires sobre Jurisdição Internacional em Matéria Contratual

24 de dezembro de 2003 (data de vigência)

Livro Final Revisado 1000.pmd 202 22/9/2005, 01:24

Educação e Cultura

Acordo de Cooperação em Matéria de Comunicação
1º de abril de 2005

Acordo para a Criação de Escolas e/ou Institutos Binacionais Fronteiriços Profissionais e/ou Técnicos e para o Credenciamento de Cursos Técnicos Binacionais Fronteiriços
1º de abril de 2005

Acordo sobre Cooperação entre Academias Diplomáticas
21 de agosto de 2002 – Entrada em vigor: *28 de novembro de 2004*

Saúde

Memorando de Entendimento no Âmbito de Troca de Experiências em Transplantes de Órgãos e Tecidos
18 de junho de 2003

Segurança Pública

Acordo sobre Cooperação Policial em Matéria de Investigação, Prevenção e Controle de Fatos Delituosos
Assinado em *14 de abril de 2004*

Acordo de Cooperação Mútua para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais
Assinado em *14 de setembro de 2004*

Livro Final Revisado 1000.pmd 203 22/9/2005, 01:24

Fronteiras

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica para Saúde na Fronteira
31 de julho de 2003

Ajuste Complementar, P. T. N., ao Acordo de 21 de julho de 1972, que Estabeleceu o Limite Lateral Marítimo Brasil-Uruguai
29 de julho de 2005

Assuntos Consulares

Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios
21 de agosto de 2002 - Entrada em vigor: *14 de abril de 2004*

Acordo, P. T. N., para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios
02 de setembro de 2004

Ciência e Tecnologia

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação para a Implementação do Projeto "Aportes de Conhecimento sobre os Fatores que Incidem na Necrose de Gemas da Flor da Pera no Uruguai"
1º de abril de 2005

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação para Implementação do Projeto "Capacitação e Transferência

Livro Final Revisado 1000.pmd 204 22/9/2005, 01:24

de Metodologia para o Zoneamento do Cultivo da Videira no Uruguai e Caracterização Enológica dos Vinhos Regionais"
1º de abril de 2005

Integração Física e Infraestrutura (transportes, energia, comunicações etc.)

Acordo para a Construção de uma Segunda Ponte sobre o Rio Jaguarão, nas Proximidades das Cidades de Jaguarão e Rio Branco, e Recuperação da Atual Ponte Barão de Mauá
21 de novembro de 2000
Entrada em vigor: *1º de julho de 2003*

Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente em Matéria Energética e de Mineração
1º de abril de 2005

Meio Ambiente

Acordo Quadro sobre Meio Ambiente
27 de novembro de 2003 (data de vigência)

Outros assuntos

Memorando de Entendimento sobre isenção de PIS, FINSOCIAL e COFINS para empresas de transporte
18 de novembro de 2004

Livro Final Revisado 1000.pmd 205 22/9/2005, 01:24

27. BRASIL - VENEZUELA

Comércio (acordos tarifários, projetos de integração produtiva, promoção comercial etc.)

Acordo de Complementação Econômica # 39, assinado entre Colômbia, Equador, Venezuela e Peru, países Membros da Comunidade Andina e o Brasil

18 de dezembro de 2003.

Acordo de Complementação Econômica (AC-59), assinado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Estados partes do Mercosul, e Colômbia, Equador e Venezuela, Estados partes da Comunidade Andina, e o 1º Protocolo Adicional – Regime de Solução de Controvérsias

18 de outubro de 2004

Cooperação Judicial

Acordo para Evitar a Bitributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto de Renda

14 de fevereiro de 2005

Temas Financeiros

Implementação de linha de crédito de 1 bilhão de dólares destinada a exportação de bens e serviços brasileiros à Venezuela

2003

Livro Final Revisado 1000.pmd 206 22/9/2005, 01:24

Defesa

Realização do exercício militar conjunto CRUZEX, em Fortaleza e Natal
Setembro de 2004

Agricultura

Memorando de entendimento entre a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca do Brasil e o Ministério de Agricultura e Terras da República Bolivariana da Venezuela
14 de fevereiro de 2005

Protocolo de Intenções entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil e o Ministério de Agricultura e Terras da Venezuela sobre Cooperação nas Áreas de Agricultura Familiar e Reforma Agrária
14 de fevereiro de 2005

Cooperação Técnica

Memorando de Entendimento entre o "Instituto de Geologia y Minería de Venezuela" e a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM), do Brasil
14 de fevereiro de 2005

Acordo de Cooperação técnica entre o Ministério de Petróleo e Energia, da Venezuela, e o Ministério das Minas e Energia, do Brasil, para a transferência de tecnologia no campo do biodisel e do etanol, a construção de plataformas e navios
14 de fevereiro de 2005

Livro Final Revisado 1000.pmd 207 22/9/2005, 01:24

Memorando de Entendimento no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica
14 de fevereiro de 2005

Acordo de Cooperação em Matéria de Comunicações
14 de fevereiro de 2005

Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento das Telecomunicações
Assinado em *4 de julho de 1995*; entrou em vigor em *8 de outubro de 2003*

Carta de Intenção entre a Petrobrás e a PDVSA em relação à Plataforma Deltana
3 de junho de 2005

Memorando de Entedimento para o desenvolvimento de negócios e atividades de cooperação na área de produção e distribuição de lubrificantes entre a Petrobrás e a PDVSA

Acordo entre a Petrobrás e a PDVSA para cooperação e desenvolvimento de negócios e atividades de cooperação na área de produção e distribuição de lubrificantes

Memorando de Entendimento para o desenvolvimento de negócios e atividades de cooperação na área de refinação entre a Petrobrás e a PDVSA

Livro Final Revisado 1000.pmd 208 22/9/2005, 01:24

Memorando de Entendimento entre a PDVSA para o desenvolvimento de um projeto conjunto na bacia do Orinoco ("Faja del Oronoco")

Educação e Cultura

Criação do Núcleo de Estudos Brasileiros na Universidade Central da Venezuela

Saúde

Doação à Venezuela de número considerável de "kits enchente", destinados à população vítima de inundações

Fevereiro de 2005

Fronteiras

Inauguração da Alfândega de Santa Elena de Uiarén, com escritórios de diversos órgãos da Administração Pública venezuelana ligados ao comércio

11 de agosto de 2005

Integração na área de infra-estrutura (transportes, energia e comunicações)

Hidrelétrica La Vueltosa.

Hidrelétrica Antonio Paez.

Hidrelétrica San Agatón.

Livro Final Revisado 1000.pmd 209 22/9/2005, 01:24

Segunda ponte sobre o rio Orinoco.

Metrô de superfície "Los Teques".

Linha 4 do metrô de Caracas.

Outros Assuntos

Criação da companhia Carbosuramérica S. A .

14 de fevereiro de 2005

28. CHILE - COLÔMBIA

Saúde

Convênio de Seguridade Social

9 de dezembro de 2003

Meio Ambiente

Acordo de Cooperação em Matéria de Desenvolvimento Florestal (Intercâmbio de experiências e conhecimentos no desenvolvimento do manejo sustentável das florestas)

9 de dezembro de 2003

Temas Financeiros

Memorando de Entendimento concernente à cooperação na troca de informações e conhecimentos relacionadas com a Lavagem de Ativos

Livro Final Revisado 1000.pmd 210 22/9/2005, 01:24

entre a Unidade de Análise Financeira da República do Chile e a Unidade de Informação e Análise Financeira da República da Colômbia
18 de novembro de 2004

29. CHILE - EQUADOR

Comércio (acordos tarifários, projetos de integração produtiva, promoção comercial etc.)

Acordo de Complementação Econômica Nr. 32, 3º Protocolo Adicional
Assinado em *24 de janeiro de 2001*; *30 de junho de 2004* (data da publicação no Diário Oficial chileno)

Acordo de Complementação Econômica Nr. 32, 4º Protocolo Adicional
Assinado em *25 de junho de 2004*; *25 de outubro de 2004* (data de publicação no Diário Oficial chileno)

Anúncio de início de negociações para assinar um Tratado de Livre Comércio
3 de agosto de 2004

Defesa

Memorando de Entendimento sobre participação combinada na Missão de Estabilização do Haiti (MINUSTAH)
15 de outubro de 2004

Livro Final Revisado 1000.pmd 211 22/9/2005, 01:24

Segurança Pública

Acordo para o Funcionamento das Reuniões de Consulta entre o Alto Comando da Polícia Nacional do Equador e os Carabineiros do Chile
3 de julho de 2003

Acordo de Cooperação em Matéria de Segurança Cidadã e Prevenção da Criminalidade
22 de abril de 2004

Aduanas

Acordo de Cooperação e Assistência em Matérias Aduaneiras
22 de abril de 2004

Cooperação Judicial

Convênio de Cooperação sobre Registro Civil
22 de abril de 2004

Convênio para Evitar a Dupla Tributação e para Previnir a Evasão Fiscal em relação ao Imposto de Renda e ao Patrimônio
26 de agosto de 1999 (data da assinatura); *5 de janeiro de 2004* (publicação no Diário Oficial chileno)

Outros Assuntos

Convênio de Cooperação em Matérias Antárticas
22 de abril de 2004

Livro Final Revisado 1000.pmd 212 22/9/2005, 01:24

Acordo entre os Arquivos Históricos dos Ministérios de Relações Exteriores de ambos os países
22 de abril de 2004

30. CHILE - PARAGUAI

Comércio (acordos tarifários, projetos de integração produtiva, promoção comercial etc.)
Inauguração de um "depósito franco" do Paraguai no Porto de Antofogasta, por ocasião da visita do Presidente Nicanor Duarte Frutos ao Chile
31 de agosto de 2005

Acordo de Complementação Econômica nr. 35, 210 Protocolo Adicional, assinado entre Paraguai, Argentina, Brasil e Uruguai, estados Partes do Mercosul e o Chile
22 de setembro de 2004

Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional, assinado entre Paraguai, Argentina, Brasil e Uruguai, Estados partes do Mercosul e o Chile
23 de setembro de 2004

Temas Financeiros
Memorando de Entendimento entre as Autoridades da Unidade de Análise Financeira da República do Chile e a Unidade de

Livro Final Revisado 1000.pmd 213 22/9/2005, 01:24

Análise Financeira da Secretaria de Prevenção de Lavagem de Dinheiro ou Bens da República do Paraguai
5 de novembro de 2004

Integração na área de infra-estrutura (transportes, energia e comunicações)
Acordo de Transporte Aéreo
5 de maio de 2005

31. CHILE - PERU

Comércio (acordos tarifários, projetos de integração produtiva, promoção comercial etc.)
Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nr. 17
14 de fevereiro de 2005

Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômico Nr. 38, de 17 de fevereiro de 2005

Defesa
Aprovação da proposta de Metodologia para a Medição estandardizada dos Gastos Militares
10 de dezembro de 2004

Acordo de Cooperação Empresarial entre o Serviço Industrial da

Livro Final Revisado 1000.pmd 214 22/9/2005, 01:24

Marinha (SIMA) e Estaleiros e Oficinas Mecânicas da Armada (ASMAR)
2004

Educação e Cultura
Programa de Intercâmbio Cultural e Educativo para o período *2004/2007*
30 de agosto de 2004

Inauguração da escultura "Del pueblo de Chile al pueblo del Perú", no Distrito de San Borja
10 de dezembro de 2004

Acordos Consulares
Acordo para Ingresso e Trânsito de Nacionais Chilenos e Peruanos na qualidade de Turistas com Documento de Identidade
6 de julho de 2005

Aduana
Acordo de Cooperação e Assistência Mútua em Matérias Aduaneiras
17 de dezembro de 2003

Temas Financeiros
Memorando de entendimento entre a Unidade de Análise Financeira da República do Chile e a Unidade de Inteligência

Livro Final Revisado 1000.pmd 215 22/9/2005, 01:24

Financeira do Peru, concernente à cooperação no intercâmbio de informação financeira e conhecimentos com relação à lavagem de ativos
8 de setembro de 2004

Outros Assuntos (seguridade social, integração, prevenção de desastres, etc)
Criação de Mecanismo de Consultas em Matéria Pesqueira e Direito do Mar
15 de maio de 2003

Acordo Administrativo para a Implementação do Convênio de Seguridade Social
23 de agosto de 2005

Acordo de Cooperação e Assitência Mútua no Campo da Prevenção de Desastres
10 de dezembro de 2004

Acordo de Transporte de Passageiros Rodoviários entre Tacna e Arica
10 de dezembro de 2004

32. CHILE - URUGUAI

Comércio (acordos tarifários, projetos de integração produtiva, promoção comercial etc.)

Livro Final Revisado 1000.pmd 216 22/9/2005, 01:24

Acordo de Complementação Econômica nr. 35, 21º Protocolo Adicional, assinado entre Uruguai, Argentina, Brasil e Paraguai, Estados Partes do Mercosul, e o Chile
22 de setembro de 2004

Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional, assinado entre Uruguai, Argentina, Brasil e Paraguai, Estados partes do Mercosul, e o Chile
23 de setembro de 2004

Cooperação Técnica
Memorando de Entendimento entre a Agência de Cooperação Internacional do Chile (AGCI) e o Escritório de Orçamento da Presidência da República Oriental do Uruguai
27 de abril de 2004

Integração na área de infra-estrutura (transportes, energia e comunicações)
Acordo Aeronáutico Bilateral de Transporte Aéreo
27 de abril de 2004

33. CHILE - VENEZUELA

Comércio (acordos tarifários, projetos de integração produtiva, promoção comercial etc.)
I Macro Rodada de Negócios

Livro Final Revisado 1000.pmd 217 22/9/2005, 01:24

20 de abril de 2005

Ciência e Tecnologia
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica
20 de abril de 2005

Turismo
Reativação da aplicação do Acordo Complementar de Cooperação e Integração Turística, para que os organismos competentes trabalharem conjuntamente no estabelecimento de um plano turístico binacional e de um programa de cooperação na matéria
20 de abril de 2005

Integração na área de infra-estrutura (transportes, energia e comunicações)
Acordo de Cooperação Energética
20 de abril de 2005

Outros assuntos
Convênio de Seguridade Social
20 de agosto de 2004

34. COLÔMBIA - PARAGUAI

Comércio (acordos tarifários, projetos de integração produtiva, promoção comercial etc.)

Livro Final Revisado 1000.pmd 218 22/9/2005, 01:24

Acordo de Alcance Parcial de Renegociação # 18, 14º Protocolo Adicional
18 de dezembro de 2003

15º Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação # 18
25 de junho de 2004

Acordo-Quadro de Cooperação entre a Direção Geral de Promoção das Exportações e Investimentos da Chancelaria paraguaia (ProParaguay) e a Proexport/Colômbia
13 de julho de 2004

Acordo de complementação Econômica (AC-59), assinado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Estados partes de Mercosul, e Colômbia, Equador e Venezuela, Estados partes da Comunidade Andina, e o 1º Protocolo Adicional – Regime de Solução de Controvérsias
18 de outubro de 2004

Defesa
Plano de Ação em Matéria de Segurança
19 de abril de 2005

35. COLÔMBIA - PERU

Temas Financeiros

Livro Final Revisado 1000.pmd 219 22/9/2005, 01:24

Acordo de Cooperação para a Prevenção, Controle e Repressão da Lavagem de Ativos Derivados de qualquer Atividade Ilícita
20 de fevereiro de 2004.

Cooperação Técnica

Convênio Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica e Científica, relativo ao Intercâmbio de Experiências sobre Formação Profissional e Competência Laboral
20 de fevereiro de 2004

Defesa

Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa Nacional da República da Colômbia, o Ministério da Defesa e o Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil, e o Ministério da Defesa da República do Peru para combater as atividades ilícitas nos rios fronteiriços e/ou comuns
11 de fevereiro de 2004

Meio Ambiente

Convênio Complementar de Cooperação sobre Meio Ambiente e Promoção do Desenvolvimento Sustentável
11 de junho de 2003

Protocolo Modificativo do Acordo Marco para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos no Alto Mar do Pacífico Sudeste

Livro Final Revisado 1000.pmd 220 22/9/2005, 01:24

- Acordo de Galápagos
27 de novembro de 2003

Cooperação Judicial
Regulamento entre a Armada Nacional da República da Colômbia e a Marinha de Guerra da República do Peru para combater as atividades ilícitas nos rios fronteiriços e/ou comuns
23 de junho de 2003

Acordo modificativo do Convênio Bolivariano de Extradição
22 de outubro de 2004

Fronteiras
Acordo sobre Transporte Aéreo Fronteiriço
11 de junho de 2003

36. COLÔMBIA - URUGUAI

Comércio (acordos tarifários, projetos de integração produtiva, promoção comercial etc.)
Acordo de complementação econômica (AC-59), assinado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Estados partes do Mercosul, e Colômbia, Equador e Venezuela, Estados partes da Comunidade Andina, e o 1º Protocolo Adicional – Regime de Solução de Controvérsias
18 de outubro de 2004

Livro Final Revisado 1000.pmd 221 22/9/2005, 01:24

16º Protocolo de Adequação ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação #23
25 de Junho de 2004

Acordo de Complementação Econômica nr. 59, assinado entre Uruguai, Argentina e Paraguai, Estados partes do Mercosul, e Colômbia, Equador e Venezuela, países membros da CAN
18 de outubro de 2004

37. COLÔMBIA-VENEZUELA

Saúde

Acordo para o Fortalecimento das Ações de Saúde nas Áreas Fronteiriças, complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica e Científica
26 de agosto de 2004

Movimentação de Pessoas

Memorando de Entendimento sobre o tratamento das pessoas deslocadas no território colombiano que chegam à fronteira venezuelana
23 de abril de 2003

Cooperação Judicial

Acordo por troca de notas pelo qual se modifica o Art. 4 do Acordo de Cooperação e Assistência Judicial em Matéria Penal
12 de agosto de 2004

Livro Final Revisado 1000.pmd 222 22/9/2005, 01:24

Integração na área de infra-estrutura

Memorando de Entendimento entre os Ministérios de Minas e Energia da República Bolivariana da Venezuela e da República da Colômbia sobre a interconexão gasífera dos dois países

14 de julho de 2005

38. EQUADOR - PARAGUAI

Comércio (acordos tarifários, projetos de integração produtiva, promoção comercial etc.)

Acordo de Cooperação entre a ProParaguay e a Corporação para a Promoção das Exportações e Investimentos do Equador (CORPEI)

14 de janeiro de 2003

Acordo de Complementação Econômica No 30

18 de dezembro de 2003

Acordo de Complementação Econômica No 30, 19º Protocolo Adicional

25 de junho de 2004

Acordo de Complementação Econômica (AC-59), assinado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Estados partes do Mercosul e Colômbia, Equador e Venezuela, Estados partes da Comunidade Andina, e o 1º Protocolo Adicional – Regime de

Livro Final Revisado 1000.pmd 223 22/9/2005, 01:24

Solução de Controvérsias
18 de outubro de 2004

39. EQUADOR - PERU

Educação e Cultura
Convênio de Cooperação e Mútuo Reconhecimento de Títulos Profissionais, Graus Acadêmicos e Estudos Universitários
8 de março de 2003

Acordo de Cooperação entre a Academia Diplomática Antonio J. Quevedo, do Ministério de Relações Exteriores da República do Equador, e a Academia Diplomática do Ministério de Relações Exteriores da República do Peru
7 de novembro de 2003

Estatuto da Corporação Catamayo para o Gerenciamento da Sede Equatoriana do Centro Binacional de Formação Técnica
16 de julho 2004

Memorando de Entendimento para a Cooperação Acadêmica, Científica, Tecnológica e Cultural entre a Universidade Ricardo Palma e a Embaixada do Equador no Peru
9 de março de 2005

Livro Final Revisado 1000.pmd 224 22/9/2005, 01:24

Saúde

Memorando de Entendimento entre os Ministérios da Saúde da República do Equador e da República do Peru
14 de março de 2003

Fronteiras

Acordo sobre estabelecimento da Zona de Integração Fronteiriça (ZIF) Binacional
7 de novembro de 2003

Convênio de Apoio Institucional entre o Plano Binacional de Desenvolvimento da Região Fronteiriça Equador-Peru, o Grupo Binacional de Promoção do Investimento Privado, a Agência de Promoção do Investimento Privado (PROINVERSION) e a Corporação de Promoção de Exportações e Investimentos do Equador (CORPEI)
2 de fevereiro de 2004

Acordo por troca de notas para a Entrada em Vigência do Acordo Específico sobre a criação do Centro Binacional de Atenção na Fronteira (CEBAF)
8 de março de 2004

Convênio Marco de Cooperação Institucional entre o Plano Binacional de Desenvolvimento da Região Fronteiriça Equador-Peru e a Associação de Universidades do Sul do Equador e do

Livro Final Revisado 1000.pmd 225 22/9/2005, 01:24

Norte do Peru
18 de agosto de 2004

Cooperação Judicial
Carta de Entendimento e Integração Relativa à Cooperação Técnico-Jurídica
7 de novembro de 2003

Integração na área de infra-estrutura (transportes, energia e comunicações)
Intercâmbio de notas para a Constituição de Eixos Viários
6 de março de 2003

Vários projetos de integração de infra-estrutura, no bojo do Plano Binacional de Desenvolvimento Fronteiriço: Carta de Intenção para construção da ponte internacional de Huaquillas, de 21 de julho de 2005; construção da ponte internacional de Macará; inauguração, em 2003, da ponte La Balsa sobre o rio Canchis.

40. EQUADOR - URUGUAI

Comércio (acordos tarifários, projetos de integração produtiva, promoção comercial etc.)
Acordo de Complementação Econômica No 28
18 de dezembro de 2003

Livro Final Revisado 1000.pmd 226 22/9/2005, 01:24

Acordo de Complementação Econômica No 28, 18º Protocolo Adicional
25 de junho de 2004

Acordo de Complementação Econômica (AC-59), assinado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Estados partes do Mercosul, e Colômbia, Equador e Venezuela, Estados partes da Comunidade Andina, e o 1º Protocolo Adicional – Regime de Solução de Controvérsias
18 de outubro de 2004

Cooperação Judicial
Acordo de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal
6 de maio de 2005

Assuntos Consulares
Acordo de Reciprocidade para Trabalho Remunerado de Dependentes de Funcionários Diplomáticos
6 de maio de 2005

41. GUIANA - SURINAME

Integração na área de infra-estrutura (transportes, energia e comunicações)
Construção do corredor de integração entre a Venezuela (Ciudad Guiana), a Guiana (Georgetown) e o Suriname (Paranamaribo)
Em execução (conclusão prevista para dezembro de 2006)

Livro Final Revisado 1000.pmd 227 22/9/2005, 01:24

Melhoria do trecho Nieeuw Nickerie-Paramaribo-Albina e da Ponte Internacional sobre o rio Marowijne

42. GUIANA - VENEZUELA

Integração na área de infra-estrutura (transportes, energia e comunicações)

Construção do corredor de integração entre a Venezuela (Ciudad Guiana), a Guiana (Georgetown) e o Suriname (Paranamaribo)
Em execução (conclusão prevista para dezembro de 2006)

Construção do Eixo da estrada da "Guayana Shield" entre a Venezuela, a Guiana e o Suriname

Acordo de Cooperação Energética Petrocaribe
Assinado em *junho de 2005*

Temas Financeiros

Acordo de perdão da dívida guianense no valor de 15 milhões de dólares, assinado durante a visita do Presidente Chávez à Guiana em *fevereiro de 2004*

43. PARAGUAI - PERU

Comércio (acordos tarifários, projetos de integração produtiva, promoção comercial etc.)

Acordo de Complementação Econômica nr. 59, assinado

Livro Final Revisado 1000.pmd 228 22/9/2005, 01:24

entre Paraguai, Uruguai e Argentina, Estados partes do Mercosul, e Equador, Colômbia e Venezuela, Estados membros da CAN
18 de outubro de 2004

Assuntos Consulares
Acordo sobre Trabalho Remunerado de familiares e Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas, Escritórios Consulares e representações Permanentes
24 de janeiro de 2003

44. PARAGUAI - URUGUAI

Comércio (acordos tarifários, projetos de integração produtiva, promoção comercial etc.)
Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul
11 de abril de 2003

Acordo sobre Arbitragem Comercial internacional, assinado entre Mercosul, Bolívia e Chile
23 de setembro de 2004

Acordo de Complementação Econômica nr. 59, assinado entre Paraguai, Uruguai e Argentina, Estados partes do Mercosul, e Equador, Colômbia e Venezuela, Estados membros da CAN
18 de outubro de 2004

Livro Final Revisado 1000.pmd 229 22/9/2005, 01:24

Protocolo de Montevidéu sobre Comércio de Serviços do Mercosul
20 de dezembro de 2004

Educação e Cultura

Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Educativa, Científica, Tecnológica e Cultural
23 de março de 2005

Meio Ambiente

Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente do Mercosul
27 de novembro de 2003

Turismo

Memorando de Entendimento entre o Ministério de Turismo da República Oriental do Uruguai e a Secretaria Nacional de Turismo da República do Paraguai
30 de abril de 2003

Outros Assuntos

Protocolo de Buenos Aires sobre Jurisdição Internacional em Matéria Contratual, assinado entre Uruguai, Paraguai, Argentina e Brasil
24 de dezembro de 2003

Acordo entre as Direções de Imigração
29 de agosto de 2005

Livro Final Revisado 1000.pmd 230 22/9/2005, 01:24

45. PARAGUAI - VENEZUELA

Comércio (acordos tarifários, projetos de integração produtiva, promoção comercial etc.)

Acordo de complementação econômica (AC-59), assinado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Estados partes do Mercosul, e Colômbia, Equador e Venezuela, Estados partes da Comunidade Andina, e 1º Protocolo Adicional – Regime de Solução de Controvérsias

18 de outubro de 2004

Integração na área de infra-estrutura (transportes, energia e comunicações)

Acordo de Cooperação Energética de Caracas

17 de junho de 2005

46. PERU - URUGUAI

Comércio (acordos tarifários, projetos de integração produtiva, promoção comercial etc.)

XV ao XX Protocolos Adicionais ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação no 33 (Protocolos de Adequação)

18 de dezembro de 2003

Outros Assuntos

Memorando de Entendimento para o Fortalecimento da

Livro Final Revisado 1000.pmd 231 22/9/2005, 01:24

Democracia e para a Luta contra a Corrupção e a Impunidade
19 de outubro de 2004

Acordo para a Aplicação do Acordo Ibero-Americano de Proteção Social
19 de outubro de 2004

Acordo Administrativo Complementar para a Regulamentação do Acordo Ibero-Americano de Proteção Social
19 de outubro de 2004

47. SURINAME - VENEZUELA

Comércio (acordos tarifários, projetos de integração produtiva, promoção comercial etc.)
Acordo de Complementação Econômica (AC-59), assinado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Estados partes do Mercosul, e Colômbia, Equador e Venezuela, Estados partes da Comunidade Andina, e 1º Protocolo Adicional – Regime de Solução de Controvérsias
18 de outubro de 2004

Memorando de Entendimento sobre Intercâmbio Comercial entre o Laboratório Tecnológico do Uruguai (Latu) e o Banco de Comércio Exterior da Venezuela (Bancoex)
10 de agosto de 2005

Livro Final Revisado 1000.pmd 232 22/9/2005, 01:24

Agricultura

Acordo de Cooperação Técnica e Científica em Matéria Agropecuária e de Desenvolvimento Rural
10 de agosto de 2005

Integração na área de infra-estrutura (transportes, energia e comunicações)

Convênio Integral de Cooperação Energética
8 de agosto de 2005

Memorando de Entendimento entre o Ministério de Indústria, Energia e Mineração do Uruguai e o Ministério de Indústrias Básicas, Mineração e Petróleo da Venezuela
10 de agosto de 2005

Carta de Intenção entre o Ministério de Indústria, Energia e Mineração do Uruguai e o Ministério de Energia e Petróleo da Venezuela
10 de agosto de 2005

Carta de Intenção entre a Administração Nacional de Combustíveis, Álcool e Cimento (ANCAP), do Uruguai, e o Ministério da Habitação da Venezuela
10 de agosto de 2005

Acordo de Adesão do Uruguai à Secretaria da PETROSUR

Livro Final Revisado 1000.pmd 233 22/9/2005, 01:24

10 de agosto de 2005

Acordo relativo à "Nueva Televisión del Sur"
10 de agosto de 2005

Turismo
Acordo de Cooperação Turística
10 de agosto de 2005

Outros Assuntos
Memorando de Entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento Social do Uruguai e o Ministério da Economia Popular da Venezuela
10 de agosto de 2005

48. URUGUAI - VENEZUELA

Integração na área de infra-estrutura (energia, transportes)
Projeto de Cooperação em Matéria de Energia no Quadro da Petrocaribe

Construção do corredor de integração entre a Venezuela (Ciudad Guiana), a Guiana (Georgetown) e o Suriname (Paranamaribo)
Em execução (conclusão prevista para dezembro de 2006)

Outros assuntos
Projeto de Acordo de Pesca

Livro Final Revisado 1000.pmd 234 22/9/2005, 01:24